ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Informações Trimestrais >

Ano: 2026 Versão: 1

Sumário

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Dados da Empresa 03

DFs Individuais 04

DFs Consolidadas 06

Comentário do Desempenho 29

Notas Explicativas 37

Pareceres e Declarações 08

Índice

Dados da Empresa

Dados da Empresa / Composição do Capital 09

Índice

DFs Individuais

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo 10

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo 11

DFs Individuais / Demonstração do Resultado 12

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente 13

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa 14

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 08

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado 17

Índice

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026 15

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025 16

Índice

DFs Consolidadas

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo 18

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo 19

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado 21

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente 23

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa 24

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 08

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado 28

Índice

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026 26

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025 27

Índice

Pareceres e Declarações

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 76

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 77

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 78

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.334
Preferenciais	0
Total	696.334
Em Tesouraria	
Ordinárias	713
Preferenciais	0
Total	713
Renda Bruta	
Data da apuração	30/09/2026
Receita Bruta Consolidada	9.838.754
Data da apuração (comparativa)	30/09/2025
Receita Bruta Consolidada (comparativa)	8.785.278

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	5.897.192	5.635.397
1.01	Ativo Circulante	15.378	217.612
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.290	41.393
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	3.290	41.393
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.495	172.556
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	5.495	172.556
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	5.495	172.556
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.839	1.790
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.839	1.790
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.323	1.639
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.323	1.639
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	431	234
1.01.08.03	Outros	431	234
1.01.08.03.01	Outros Créditos	426	223
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	5	5
1.01.08.03.04	Dividendos a Receber	0	6
1.02	Ativo Não Circulante	5.881.814	5.417.785
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.687	12.358
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	663
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	11.687	11.695
1.02.01.10.04	Outros créditos	11.687	11.695
1.02.02	Investimentos	5.864.591	5.398.856
1.02.02.01	Participações Societárias	5.864.591	5.398.856
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	5.864.591	5.398.729
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	0	127
1.02.03	Imobilizado	3.061	3.427
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.061	3.427
1.02.04	Intangível	2.475	3.144
1.02.04.01	Intangíveis	2.475	3.144

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	5.897.192	5.635.397
2.01	Passivo Circulante	108.895	268.335
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.768	20.781
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.768	20.781
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	20.768	20.781
2.01.02	Fornecedores	275	3.501
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	275	3.501
2.01.02.01.01	Fornecedores	275	3.501
2.01.03	Obrigações Fiscais	106	159
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	106	159
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	106	159
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	85.062	24.977
2.01.04.02	Debêntures	85.062	24.977
2.01.04.02.01	Debêntures	85.062	24.977
2.01.05	Outras Obrigações	2.684	218.917
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	4.000
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	4.000
2.01.05.02	Outros	2.684	214.917
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	1.629	2.387
2.01.05.02.08	Acordo Paraná	0	579
2.01.05.02.10	Dividendos a pagar	19	210.406
2.01.05.02.11	Passivo de arrendamento	1.036	1.545
2.02	Passivo Não Circulante	1.267.226	1.264.241
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.242.847	1.241.540
2.02.01.02	Debêntures	1.242.847	1.241.540
2.02.01.02.01	Debêntures	1.242.847	1.241.540
2.02.02	Outras Obrigações	6.860	6.093
2.02.02.02	Outros	6.860	6.093
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	5.305	4.276
2.02.02.02.11	Passivo de arrendamento	1.555	1.817
2.02.04	Provisões	17.519	16.608
2.02.04.02	Outras Provisões	17.519	16.608
2.02.04.02.06	Provisão para perdas cíveis e tributárias	17.519	16.608
2.03	Patrimônio Líquido	4.521.071	4.102.821
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação participação dos acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	1.986.748	1.986.748
2.03.04.01	Reserva Legal	130.539	130.539
2.03.04.10	Orçamento de capital	1.856.209	1.856.209
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	418.250	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	457.625	554.143	442.575	822.223
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.102	-38.984	-12.023	-35.313
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	16	-90	-114	-344
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	16	37	14	41
3.04.05.02	Amortização de ágio de investimentos	0	-127	-128	-385
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	470.711	593.217	454.712	857.880
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	470.711	593.217	454.712	857.880
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	457.625	554.143	442.575	822.223
3.06	Resultado Financeiro	-50.080	-135.241	-12.527	-41.062
3.06.01	Receitas Financeiras	301	11.276	303	1.011
3.06.02	Despesas Financeiras	-50.381	-146.517	-12.830	-42.073
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	407.545	418.902	430.048	781.161
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	407.545	418.902	430.048	781.161
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-162	-652	-21	-537
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-162	-652	-21	-537
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	407.383	418.250	430.027	780.624
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,58564	0,60126	0,61819	1,1222
3.99.01.02	ON	0,58587	0,6022	0,61822	1,12297
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,58564	0,60126	0,61819	1,1222
3.99.02.02	ON	0,58587	0,6022	0,61822	1,12297

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	407.383	418.250	430.027	780.624
4.03	Resultado Abrangente do Período	407.383	418.250	430.027	780.624

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-37.844	-31.627
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-27.979	-33.353
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	418.902	781.161
6.01.01.02	Resultado das operações descontinuadas	-652	-537
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	1.780	1.760
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures e arrendamentos	144.170	41.851
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis e tributárias	911	-67
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	0	-26
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-593.217	-857.880
6.01.01.17	Amortização - direito de concessão	127	385
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.865	1.726
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-3.049	-122
6.01.02.03	Despesas antecipadas	979	1.175
6.01.02.05	Outros créditos	-195	73
6.01.02.06	Fornecedores	-3.226	-857
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-13	296
6.01.02.08	Partes relacionadas	-4.000	54
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-53	9
6.01.02.13	Outras contas a pagar	271	1.098
6.01.02.15	Pagamento Acordo de leniência / Ex-executivos colaboradores / Não Persecução Cível - ANPC	-579	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	294.092	594.653
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-198	-146
6.02.02	Aquisição de intangível	-132	-19
6.02.03	Aplicações financeiras	167.061	-816
6.02.05	Dividendos recebidos	24.355	539.999
6.02.07	Investimento em controladas - redução de capital	103.000	52.000
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda participação	6	3.635
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-294.351	-561.660
6.03.01	Dividendos pagos	-210.387	-214.720
6.03.02	Pagamento de debêntures e arrendamentos	-1.186	-309.270
6.03.03	Juros pagos sobre debêntures e arrendamentos	-82.771	-37.670
6.03.04	Custo de captação de debêntures	-7	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-38.103	1.366
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.393	3.454
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.290	4.820

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	1.986.748	0	0	4.102.821
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	1.986.748	0	0	4.102.821
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	418.250	0	418.250
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	418.250	0	418.250
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	1.986.748	418.250	0	4.521.071

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	1.311.287	0	0	3.427.360
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	1.311.287	0	0	3.427.360
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	780.624	0	780.624
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	780.624	0	780.624
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	1.311.287	780.624	0	4.207.984

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.313	-8.877
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.313	-8.877
7.03	Valor Adicionado Bruto	-7.313	-8.877
7.04	Retenções	-1.907	-2.145
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.780	-1.760
7.04.02	Outras	-127	-385
7.04.02.01	Amortização - direito de concessão	-127	-385
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-9.220	-11.022
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	604.530	858.932
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	593.217	857.880
7.06.02	Receitas Financeiras	11.276	1.011
7.06.03	Outros	37	41
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	37	41
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	595.310	847.910
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	595.310	847.910
7.08.01	Pessoal	29.783	24.502
7.08.01.01	Remuneração Direta	28.097	22.789
7.08.01.02	Benefícios	760	986
7.08.01.03	F.G.T.S.	926	727
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	146.625	42.247
7.08.03.01	Juros	142.859	41.446
7.08.03.02	Aluguéis	108	174
7.08.03.03	Outras	3.658	627
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	418.250	780.624
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	418.250	780.624
7.08.05	Outros	652	537
7.08.05.04	Resultado de operações descontinuadas	652	537

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	42.300.915	37.100.478
1.01	Ativo Circulante	7.300.620	5.828.053
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.982.688	1.186.197
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	2.982.688	1.186.197
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.185.171	3.594.296
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.185.171	3.594.296
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	203.110	224.146
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	2.982.061	3.370.150
1.01.03	Contas a Receber	601.599	611.060
1.01.03.01	Clientes	601.599	611.060
1.01.06	Tributos a Recuperar	289.201	214.635
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	289.201	214.635
1.01.07	Despesas Antecipadas	31.077	27.359
1.01.07.01	Despesas antecipadas	31.077	27.359
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	210.884	194.506
1.01.08.03	Outros	210.884	194.506
1.01.08.03.01	Outros créditos	206.920	152.237
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	19	18
1.01.08.03.03	Custos antecipados empréstimos	3.945	42.251
1.02	Ativo Não Circulante	35.000.295	31.272.425
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.489.922	3.083.720
1.02.01.07	Tributos Diferidos	381.089	267.331
1.02.01.07.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	381.089	267.331
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2	664
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.108.831	2.815.725
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	201.731	190.790
1.02.01.10.04	Outros créditos	89.659	92.795
1.02.01.10.05	Aplicações financeiras - conta reserva	189.059	218.747
1.02.01.10.08	Ativo sujeito à indenização	353.752	342.059
1.02.01.10.09	Conta reserva - poder concedente	2.088.693	1.768.465
1.02.01.10.11	Custos antecipados empréstimos	86.628	202.869
1.02.01.10.12	Haveres e deveres poder concedente	99.309	0
1.02.02	Investimentos	15.066	0
1.02.02.01	Participações Societárias	15.066	0
1.02.03	Imobilizado	781.315	793.120
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	781.315	793.120
1.02.04	Intangível	30.713.992	27.395.585
1.02.04.01	Intangíveis	30.713.992	27.395.585

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	42.300.915	37.100.478
2.01	Passivo Circulante	3.543.603	3.842.257
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	195.578	179.251
2.01.01.01	Obrigações Sociais	195.578	179.251
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	195.578	179.251
2.01.02	Fornecedores	471.641	586.090
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	471.641	586.090
2.01.02.01.01	Fornecedores	452.903	558.466
2.01.02.01.02	Fornecedores - risco sacado	428	0
2.01.02.01.03	Fornecedores - FIDC	18.310	27.624
2.01.03	Obrigações Fiscais	340.883	320.810
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	340.883	320.810
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	194.886	188.737
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	145.997	132.073
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.761.002	1.769.052
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	162.101	192.303
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	162.101	192.303
2.01.04.02	Debêntures	1.598.901	1.576.749
2.01.04.02.01	Debêntures	1.598.901	1.576.749
2.01.05	Outras Obrigações	709.762	832.484
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	339.310	208.430
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	339.310	208.430
2.01.05.02	Outros	370.452	624.054
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	157.749	137.354
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	47.021	75.741
2.01.05.02.08	Acordo Paraná	0	14.119
2.01.05.02.09	Acordo de não persecusão cível - ANPC	22.374	22.717
2.01.05.02.10	Dividendos a pagar	19	210.406
2.01.05.02.11	Passivo de arrendamento	143.289	163.717
2.01.06	Provisões	64.737	154.570
2.01.06.02	Outras Provisões	64.737	154.570
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	44.437	97.166
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	20.300	57.404
2.02	Passivo Não Circulante	33.948.102	28.883.825
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	29.056.880	24.594.575
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.090.127	3.692.399
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.090.127	3.692.399
2.02.01.02	Debêntures	24.966.753	20.902.176
2.02.01.02.01	Debêntures	24.966.753	20.902.176
2.02.02	Outras Obrigações	3.992.837	3.521.181
2.02.02.02	Outros	3.992.837	3.521.181
2.02.02.02.03	Obrigações com poder concedente	3.279.500	2.948.737
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	375.100	348.461
2.02.02.02.06	Acordo Paraná	52.268	898
2.02.02.02.07	Acordo de não percecusão cível - ANPC	75.288	93.578

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.02.02.11	Passivo de arrendamento	210.681	129.507
2.02.03	Tributos Diferidos	230.852	175.428
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	230.852	175.428
2.02.04	Provisões	667.533	592.641
2.02.04.02	Outras Provisões	667.533	592.641
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	238.714	214.190
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras futuras	43.764	21.632
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	385.055	356.819
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.809.210	4.374.396
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação participação dos acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	1.986.748	1.986.748
2.03.04.01	Reserva Legal	130.539	130.539
2.03.04.10	Orçamento de Capital	1.856.209	1.856.209
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	418.250	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	288.139	271.575

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.643.795	9.158.008	2.993.330	8.137.586
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.450.215	-6.000.044	-1.793.593	-4.833.193
3.03	Resultado Bruto	1.193.580	3.157.964	1.199.737	3.304.393
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-100.871	-265.623	109.426	-60.902
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-104.312	-288.788	-94.133	-268.037
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	5.197	28.967	203.559	207.135
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	5.197	46.251	900	4.476
3.04.05.04	Reversão/(provisão) para redução ao valor recuperável	0	0	202.659	202.659
3.04.05.05	Acordo Paraná	0	-17.284	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.756	-5.802	0	0
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	-1.756	-5.802	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.092.709	2.892.341	1.309.163	3.243.491
3.06	Resultado Financeiro	-516.778	-2.084.537	-639.216	-1.877.022
3.06.01	Receitas Financeiras	188.228	551.531	134.526	399.873
3.06.02	Despesas Financeiras	-705.006	-2.636.068	-773.742	-2.276.895
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	575.931	807.804	669.947	1.366.469
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-165.474	-409.087	-238.622	-598.698
3.08.01	Corrente	-218.326	-467.421	-223.885	-561.262
3.08.02	Diferido	52.852	58.334	-14.737	-37.436
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	410.457	398.717	431.325	767.771
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-162	-652	-21	-537
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-162	-652	-21	-537
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	410.295	398.065	431.304	767.234
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	407.383	418.250	430.027	780.624
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.912	-20.185	1.277	-13.390
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.99.01.01	ON	0,58564	0,60126	0,61819	1,1222
3.99.01.02	ON	0,58587	0,6022	0,61822	1,12297
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,58564	0,60126	0,61819	1,1222
3.99.02.02	ON	0,58587	0,6022	0,61822	1,12297

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	410.295	398.065	431.304	767.234
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	410.295	398.065	431.304	767.234
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	407.383	418.250	430.027	780.624
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.912	-20.185	1.277	-13.390

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.070.133	3.309.985
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.765.134	4.543.147
6.01.01.01	Lucro líquido do período	398.717	767.771
6.01.01.02	Resultado das operações descontinuadas	-652	-537
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	1.233.182	987.484
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	28.460	47.843
6.01.01.05	Capitalização de juros	-301.008	-228.557
6.01.01.06	Encargos financeiros e var. monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	2.673.154	2.230.971
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	56.565	54.269
6.01.01.08	Provisão e atualização da provisão para manutenção e construção de obras futuras	80.395	112.952
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	1.897	-5.976
6.01.01.10	Obrigações e variação monetária com poder concedente	236.920	228.520
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-6.822	-6.877
6.01.01.12	Tributos diferidos	-58.334	37.436
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	467.421	561.262
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-45.442	-31.359
6.01.01.15	(Reversão)/provisão para redução ao valor recuperável	0	-202.659
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	5.802	0
6.01.01.17	Atualização monetária e provisão outras contas a pagar/aquisição/venda participação	1.184	49.272
6.01.01.18	Provisão direito reequilibrio/Haveres e deveres Ecovias Sul	-40.307	-60.199
6.01.01.19	Provisão e atual. mon. acordo Paraná/não persecução cível-ANPC	45.695	10.051
6.01.01.20	Atualização monetária, AVP e amortização do ativo sujeito a indenização	-11.693	-8.520
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-695.001	-1.233.162
6.01.02.01	Clientes	7.564	-110.608
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-74.566	-62.602
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-3.056	-11.592
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-4.119	4.267
6.01.02.05	Outros créditos	101.408	-243.456
6.01.02.06	Fornecedores, risco sacado e FIDC	-114.449	-8.723
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	16.327	21.985
6.01.02.08	Partes relacionadas	130.879	-32.828
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	13.924	20.221
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-28.329	-29.274
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras futuras	-115.485	-149.630
6.01.02.12	Pagamento de obrigações com poder concedente	-133.485	-112.495
6.01.02.13	Outras contas a pagar	-3.265	-3.690
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-461.272	-489.407
6.01.02.15	Pagamento acordo Paraná/ não persecução cível - ANPC	-27.077	-25.330

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.700.463	-6.491.621
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-159.836	-195.300
6.02.02	Aquisição de intangível	-4.004.014	-5.104.195
6.02.03	Aplicações financeiras	388.089	-1.190.106
6.02.04	Aplicações financeiras - conta reserva	96.166	-5.655
6.02.06	Investimento em controladas - aportes de capital	-20.868	0
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda participação	0	3.635
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.426.821	2.244.752
6.03.01	Dividendos pagos	-210.387	-214.720
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-1.667.941	-6.662.458
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-1.720.143	-1.711.885
6.03.04	Captação (custo) de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.018.389	10.831.737
6.03.05	Pagamento de obrigações com poder concedente	-29.846	-9.122
6.03.11	Aporte de capital não controladores	36.749	11.200
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.796.491	-936.884
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.186.197	2.337.602
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.982.688	1.400.718

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	1.986.748	0	0	4.102.821	271.575	4.374.396
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	1.986.748	0	0	4.102.821	271.575	4.374.396
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	36.749	36.749
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	36.749	36.749
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	418.250	0	418.250	-20.185	398.065
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	418.250	0	418.250	-20.185	398.065
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	1.986.748	418.250	0	4.521.071	288.139	4.809.210

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	1.311.287	0	0	3.427.360	263.186	3.690.546
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	1.311.287	0	0	3.427.360	263.186	3.690.546
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	13.422	13.422
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	11.200	11.200
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	2.222	2.222
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	780.624	0	780.624	-13.390	767.234
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	780.624	0	780.624	-13.390	767.234
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	1.311.287	780.624	0	4.207.984	263.218	4.471.202

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
7.01	Receitas	9.838.754	8.785.278
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.176.110	6.010.081
7.01.02	Outras Receitas	104.313	98.077
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	3.558.331	2.677.120
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.584.235	-3.654.652
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.397.804	-3.480.369
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-117.357	-108.661
7.02.04	Outros	-69.074	-65.622
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.254.519	5.130.626
7.04	Retenções	-1.250.466	-784.825
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.233.182	-987.484
7.04.02	Outras	-17.284	202.659
7.04.02.03	Reversão/(provisão) para redução ao valor recuperável	0	202.659
7.04.02.04	Acordo Paraná	-17.284	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.004.053	4.345.801
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	591.980	404.349
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.802	0
7.06.02	Receitas Financeiras	551.531	399.873
7.06.03	Outros	46.251	4.476
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	46.251	4.476
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.596.033	4.750.150
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.596.033	4.750.150
7.08.01	Pessoal	527.774	498.399
7.08.01.01	Remuneração Direta	401.044	369.428
7.08.01.02	Benefícios	98.242	104.034
7.08.01.03	F.G.T.S.	28.488	24.937
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.020.759	1.180.768
7.08.02.01	Federais	700.585	874.053
7.08.02.03	Municipais	320.174	306.715
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.648.783	2.303.212
7.08.03.01	Juros	1.615.370	1.413.342
7.08.03.02	Aluguéis	12.715	26.317
7.08.03.03	Outras	1.020.698	863.553
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	398.065	767.234
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	418.250	780.624
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-20.185	-13.390
7.08.05	Outros	652	537
7.08.05.04	Resultado de operações descontinuadas	652	537

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. divulga seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2026 (3T26) e aos nove primeiros meses de 2026 (9M26). As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao terceiro trimestre de 2025 (3T25) e aos nove primeiros meses de 2025 (9M25).

Resultados Consolidados

Receita Bruta Consolidada por Segmento

RECEITA BRUTA (em milhões de R$)	3T26	3T25	Var.	9M26	9M25	Var.
Concessões Rodoviárias	2.017,4	2.052,0	-1,7%	5.808,6	5.657,4	2,7%
Receita de Construção	1.691,1	1.020,6	65,7%	3.558,3	2.677,1	32,9%
Ecoporto Santos	154,6	131,7	17,3%	420,5	400,0	5,1%
Ecopátio Cubatão	14,5	18,1	-20,1%	50,1	49,2	1,8%
Serviços	159,8	145,6	9,8%	507,3	429,2	18,2%
Eliminações	(159,4)	(145,1)	9,9%	(506,0)	(427,7)	18,3%
RECEITA BRUTA	**3.878,0**	**3.222,9**	**20,3%**	**9.838,8**	**8.785,3**	**12,0%**
(-) Receita de Construção	(1.691,1)	(1.020,6)	65,7%	(3.558,3)	(2.677,1)	32,9%
RECEITA BRUTA AJUSTADA	**2.186,8**	**2.202,3**	**-0,7%**	**6.280,4**	**6.108,2**	**2,8%**
(-) Ecovias Sul	—	178,6	n.m.	97,1	503,6	-80,7%
RECEITA BRUTA COMPARÁVEL[1]	**2.186,8**	**2.023,7**	**8,1%**	**6.183,3**	**5.604,5**	**10,3%**

1) Exclui a Receita Bruta Ajustada da Ecovias Sul.

A receita bruta ajustada, excluindo a receita de construção, atingiu R$2.186,8 milhões no 3T26 (-0,7%) devido à redução da receita das concessões rodoviárias, em razão do encerramento do contrato de concessão da Ecovias Sul, em março/26, e da receita do Ecopátio Cubatão. Para fins de comparação entre os períodos, a receita bruta comparável ex-Ecovias Sul, apresentou aumento de 8,1% devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

Concessões rodoviárias: R$2.017,4 milhões no 3T26 (-1,7%) devido ao encerramento do contrato de concessão da Ecovias Sul. A receita bruta comparável ex-Ecovias Sul, apresentou aumento de 7,7% no 3T26 em razão do crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

Ecoporto Santos: R$154,6 milhões no 3T26 (+17,3%) devido ao aumento de contratos *spot*.

Ecopátio Cubatão: R$14,5 milhões no 3T26 (-20,1%) devido à redução da movimentação de caminhões.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidado

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R$)	3T26	3T25	Var.	9M26	9M25	Var.
Pessoal	179,0	179,9	-0,5%	527,8	498,4	5,9%
Conservação e Manutenção	77,6	67,3	15,3%	204,5	205,2	-0,4%
Serviços de Terceiros	130,9	107,4	21,9%	362,5	321,5	12,7%
Seguros, Poder Concedente e Locações	57,9	58,4	-0,8%	172,7	170,2	1,5%
Outros	55,0	64,9	-15,2%	167,6	155,8	7,6%
CUSTOS CAIXA	**500,5**	**478,0**	**4,7%**	**1.435,0**	**1.351,1**	**6,2%**
CUSTOS CAIXA AJUSTADO[1]	**430,1**	**405,0**	**6,2%**	**1.228,6**	**1.164,3**	**5,5%**
CUSTOS CAIXA AJUSTADO[1] ex-Ecoporto Santos	**348,1**	**332,2**	**4,8%**	**993,0**	**948,8**	**4,7%**
Custo de Construção de Obras	1.691,1	1.020,6	65,7%	3.558,3	2.677,1	32,9%
Provisão para Manutenção	21,8	32,2	-32,4%	62,3	85,5	-27,2%
Depreciação e Amortização	341,2	357,0	-4,4%	1.233,2	987,5	24,9%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**2.554,5**	**1.887,7**	**35,3%**	**6.288,8**	**5.101,2**	**23,3%**

1) Exclui custos e despesas da Ecovias Noroeste Paulista, Ecovias Raposo Castello, Ecovias Sul e Ecovias das Gerais.

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R$2.554,5 milhões no 3T26 (+35,3%) e os custos caixa, desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, R$500,5 milhões no 3T26 (+4,7%).

Os custos caixa ajustado ex-Ecoporto totalizaram R$348,1 milhões no 3T26 (+4,8%) – estável em relação à inflação (IPCA: +4,6%). Vale ressaltar que o Ecoporto encontra-se em regime de contrato de transição. O aumento em **Serviços de Terceiros** decorre da contratação de consultorias especializadas em tecnologia e inovação, voltadas à otimização dos processos operacionais e administrativos, em preparação para a expansão do sistema *free flow* nas concessionárias prevista para os próximos meses.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Segmento

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R$)	3T26	3T25	Var.	9M26	9M25	Var.
Concessões Rodoviárias	432,4	433,9	-0,4%	1.320,2	1.230,0	7,3%
Ecoporto Santos	82,0	72,8	12,6%	235,6	215,5	9,3%
Ecopátio Cubatão	8,1	6,9	17,8%	21,8	19,9	9,6%
Serviços e *Holding*	122,9	98,9	24,2%	325,2	281,1	15,7%
Eliminações	(144,9)	(134,6)	7,6%	(467,8)	(395,4)	18,3%
CUSTOS CAIXA	**500,5**	**478,0**	**4,7%**	**1.435,0**	**1.351,1**	**6,2%**
CUSTOS CAIXA AJUSTADO[1]	**430,1**	**405,0**	**6,2%**	**1.228,6**	**1.164,3**	**5,5%**
CUSTOS CAIXA AJUSTADO[1] ex-Ecoporto Santos	**348,1**	**332,2**	**4,8%**	**993,0**	**948,8**	**4,7%**
Custo de Construção de Obras	1.691,1	1.020,6	65,7%	3.558,3	2.677,1	32,9%
Provisão para Manutenção	21,8	32,2	-32,4%	62,3	85,5	-27,2%
Depreciação e Amortização	341,2	357,0	-4,4%	1.233,2	987,5	24,9%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**2.554,5**	**1.887,7**	**35,3%**	**6.288,8**	**5.101,2**	**23,3%**

1) Exclui custos e despesas da Ecovias Noroeste Paulista, Ecovias Raposo Castello, Ecovias Sul e Ecovias das Gerais.

Os custos caixa das concessões rodoviárias totalizaram R$432,4 milhões no 3T26 (-0,4%). **Os custos caixa ajustado**, desconsiderando a Ecovias Noroeste Paulista, Raposo Castello, Sul e Ecovias das Gerais, totalizaram R$369,5 milhões (+6,7%) devido, principalmente, ao incremento em **Serviços de Terceiros,** em razão dos serviços *intercompany* prestados pela ECS.

Os custos caixa do Ecoporto totalizaram R$82,0 milhões no 3T26 (+12,6%) devido, principalmente, ao incremento em **Serviços de Terceiros,** em função do crescimento das operações.

Os custos caixa do Ecopátio totalizaram R$8,1 milhões no 3T26 (+17,8%).

Os custos caixa de Serviços e *Holding* totalizaram R$122,9 milhões no 3T26 (+24,2%). **Os custos caixa ajustado**, desconsiderando os serviços prestados para a Ecovias Noroeste Paulista, Raposo Castello e Ecovias das Gerais, totalizaram R$103,5 milhões no 3T26 (+10,1%) devido, principalmente, ao incremento em **Serviços de Terceiros,** conforme descrito acima.

EBITDA Ajustado

EBITDA (em milhões de R$)	3T26	3T25	Var.	9M26	9M25	Var.
Lucro Líquido	**410,3**	**431,3**	**-4,9%**	**398,1**	**767,2**	**-48,1%**
(+) Operação descontinuada	0,2	0,0	n.m.	0,7	0,5	21,3%
(+) Depreciação e Amortização	341,2	357,0	-4,4%	1.233,2	987,5	24,9%
(+) Resultado Financeiro	516,8	639,2	-19,2%	2.084,5	1.877,0	11,1%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	165,5	238,6	-30,7%	409,1	598,7	-31,7%
(+/-) Equivalência Patrimonial	1,8	—	n.m.	5,8	—	n.m.
EBITDA[1]	**1.435,6**	**1.666,1**	**-13,8%**	**4.131,3**	**4.231,0**	**-2,4%**
(-) Reversão da provisão para redução ao valor recuperável[2]	—	(202,7)	n.m.	—	(202,7)	n.m.
(+) Provisão para contingências[2]	—	8,5	n.m.	—	8,5	n.m.
(+) Provisão do Acordo do Paraná	—	—	n.m.	17,3	—	n.m.
(+) Provisão para Manutenção	21,8	32,2	-32,4%	62,3	85,5	-27,2%
EBITDA AJUSTADO[3]	**1.457,4**	**1.504,2**	**-3,1%**	**4.210,9**	**4.122,3**	**2,1%**
MARGEM EBITDA AJUSTADA[3]	**74,6%**	**76,2%**	**-1,6 p.p.**	**75,2%**	**75,5%**	**-0,3 p.p.**
EBITDA Ajustado Ecovias Sul	(1,7)	136,4	n.m.	73,3	382,7	-80,8%
EBITDA AJUSTADO COMPARÁVEL[4]	**1.459,1**	**1.367,7**	**6,7%**	**4.137,6**	**3.739,6**	**10,6%**
MARGEM EBITDA AJUSTADA COMPARÁVEL[4]	**74,7%**	**75,6%**	**-0,9 p.p.**	**75,0%**	**74,8%**	**0,2 p.p.**

1) EBITDA calculado conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022. 2) Ecovias Capixaba. 3) Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção, reversão da provisão para redução ao valor recuperável e a provisão para contingências da Ecovias Capixaba (3T25/9M25) e o Acordo do Paraná (9M26). 4) Exclui a Ecovias Sul.

O EBITDA ajustado totalizou R$1.457,4 milhões no 3T26 (-3,1%) devido ao encerramento do contrato de concessão da Ecovias Sul (março/26). Para fins de comparação entre os períodos, o EBITDA comparável ex-Ecovias Sul, apresentou aumento de 6,7% devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

EBITDA Ajustado por Segmento

EBITDA (em milhões de R$)	3T26	Margem	3T25	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias[1]	1.415,8	76,8%	1.451,7	77,3%	-2,5%
Ecoporto Santos	29,5	26,5%	20,7	22,3%	42,4%
Serviços e *Holding*	7,8	5,4%	23,1	17,5%	-66,4%
Ecopátio Cubatão	4,3	34,6%	8,6	55,5%	-50,0%
EBITDA AJUSTADO[1]	**1.457,4**	**74,6%**	**1.504,2**	**76,2%**	**-3,1%**
RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA[2]	**1.952,7**		**1.972,8**		**-1,0%**
EBITDA Ajustado Ecovias Sul	(1,7)	n.m.	136,4	83,0%	n.m.
EBITDA AJUSTADO COMPARÁVEL[3]	**1.459,1**	**74,7%**	**1.367,7**	**75,6%**	**6,7%**
RECEITA LÍQUIDA COMPARÁVEL[3]	**1.952,7**		**1.808,3**		**8,0%**

1) Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção, reversão da provisão para redução ao valor recuperável e a provisão para contingências da Ecovias Capixaba (3T25). 2) Exclui Receita de Construção. 3) Exclui a Ecovias Sul.

EBITDA (em milhões de R$)	9M26	Margem	9M25	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias[1]	4.030,3	75,9%	3.956,7	76,4%	1,9%
Ecoporto Santos	62,8	21,1%	67,7	24,0%	-7,3%
Serviços e *Holding*	96,6	21,1%	75,6	19,5%	27,8%
Ecopátio Cubatão	21,2	49,4%	22,3	52,8%	-4,8%
EBITDA AJUSTADO[1]	**4.210,9**	**75,2%**	**4.122,3**	**75,5%**	**2,1%**
RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA[2]	**5.599,7**		**5.460,5**		**2,5%**
EBITDA Ajustado Ecovias Sul	73,3	85,1%	382,7	82,5%	-80,8%
EBITDA AJUSTADO COMPARÁVEL[3]	**4.137,6**	**75,0%**	**3.739,6**	**74,8%**	**10,6%**
RECEITA LÍQUIDA COMPARÁVEL[3]	**5.513,6**		**4.996,6**		**10,3%**

1) Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção, reversão da provisão para redução ao valor recuperável e a provisão para contingências da Ecovias Capixaba (9M25) e o Acordo do Paraná (9M26). 2) Exclui Receita de Construção. 3) Exclui a Ecovias Sul.

Resultado Financeiro Consolidado

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R$)	3T26	3T25	Var.	9M26	9M25	Var.
Juros sobre Debêntures	(589,2)	(527,6)	11,7%	(1.669,3)	(1.448,0)	15,3%
Variação Monetária sobre Debêntures	(22,7)	(79,7)	-71,5%	(607,5)	(446,9)	35,9%
Juros sobre Financiamentos	(72,6)	(59,6)	21,7%	(221,0)	(171,2)	29,1%
Variação Monetária sobre Direito de Outorga	(24,0)	(32,8)	-26,6%	(110,3)	(115,4)	-4,5%
Variação Monetária e Cambial s/ Empréstimos e Financ.	(13,5)	(18,2)	-25,6%	(96,9)	(81,6)	18,7%
Receitas de Aplicações Financeiras	174,9	122,1	43,2%	507,6	366,1	38,6%
Ajuste a Valor Presente	(5,3)	(9,7)	-45,2%	(18,1)	(27,4)	-33,9%
Outros Efeitos Financeiros	34,1	(36,5)	n.m.	119,3	38,9	206,9%
Variação monetária Ativo Sujeito a indenização	1,6	2,6	-38,5%	11,7	8,5	37,2%
RESULTADO FINANCEIRO	**(516,8)**	**(639,2)**	**-19,2%**	**(2.084,5)**	**(1.877,0)**	**11,1%**

O resultado financeiro apresentou redução de R$122,4 milhões no 3T26 (-19,2%).

Abaixo, as principais variações entre os trimestres:

i. Juros sobre debêntures: +R$61,6 milhões devido ao incremento do endividamento em debêntures.
ii. Variação monetária sobre debêntures: -R$56,9 milhões devido à redução do IPCA.
iii. Juros sobre financiamentos: +R$13,0 milhões devido ao aumento dos empréstimos com o BNDES, Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia (BASA).
iv. Variação monetária sobre direito de outorga: -R$8,7 milhões (não-caixa) devido à redução do IPCA.
v. Receita de aplicações financeiras: +R$52,8 milhões devido, principalmente, ao aumento do saldo médio de caixa.
vi. Outros efeitos financeiros: +R$70,6 milhões em função, principalmente, do aumento dos juros capitalizados.
vii. Variação monetária de ativo sujeito à indenização: refere-se ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos do Ecoporto.

Os juros pagos totalizaram R$586,7 milhões no 3T26 (-4,9%).

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social totalizaram R$165,5 milhões no 3T26 (-30,7%). Os impostos pagos totalizaram R$127,4 milhões no 3T26 (-28,6%).

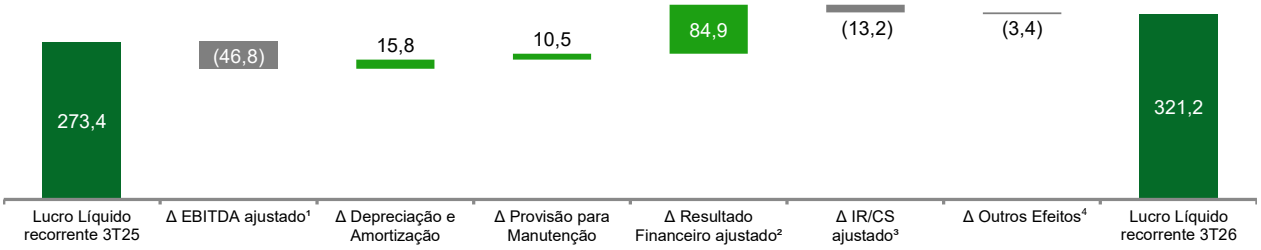
- créditos e débitos fiscais diferidos: no 3T26, a Companhia reconheceu os créditos fiscais diferidos de IR/CSLL de R$106,4 milhões na Ecovias Capixaba, em decorrência da otimização e modernização do contrato de concessão, que reforçou a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e a recuperação dos créditos fiscais. Adicionalmente, foram reconhecidos outros créditos e débitos fiscais diferidos que resultaram em um efeito líquido positivo consolidado de R$86,4 milhões no trimestre.

Lucro (Prejuízo) Líquido

LUCRO LÍQUIDO (em milhões de R$)	3T26	3T25	Var.	9M26	9M25	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido	**410,3**	**431,3**	**-4,9%**	**398,1**	**767,2**	**-48,1%**
(+) Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores	2,9	1,3	128,0%	(20,2)	(13,4)	50,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas controladores	**407,4**	**430,0**	**-5,3%**	**418,3**	**780,6**	**-46,4%**
(-) Reversão da provisão para redução ao valor recuperável[1]	—	(202,7)	n.m.	—	(202,7)	n.m.
(+) Atualização Monetária sobre passivos[1]	—	37,5	n.m.	—	37,5	n.m.
(+) Provisões para contingências cíveis[1]	—	8,5	n.m.	—	8,5	n.m.
(+) Acordo do Paraná	—	—	n.m.	31,7	—	n.m.
(+) Créditos de IR/CSLL do diferido[1]	(86,4)	—	n.m.	(86,4)	—	n.m.
(+) Operação descontinuada[2]	0,2	0,0	n.m.	0,7	0,5	21,3%
LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE[3]	**321,2**	**273,4**	**17,5%**	**364,3**	**624,5**	**-41,7%**
(+) Lucro (prejuízo) Ecovias Sul	(48,8)	48,9	n.m.	(142,3)	122,2	n.m.
LUCRO LÍQUIDO COMPARÁVEL[4]	**370,0**	**224,5**	**64,8%**	**506,6**	**502,3**	**0,9%**

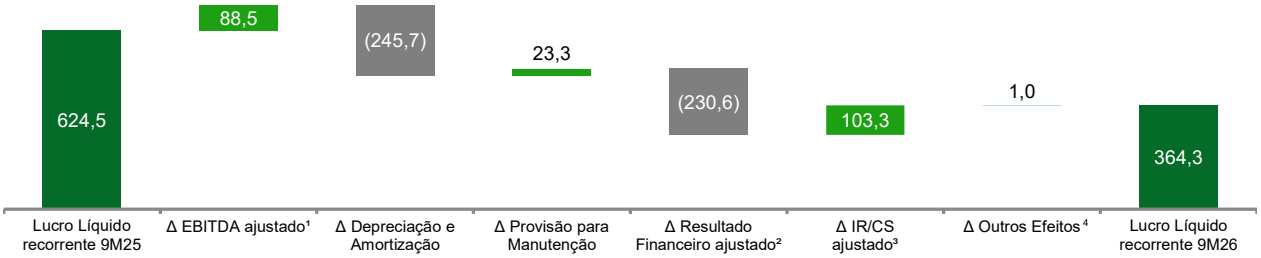
1) Ecovias Capixaba. 2) Obrigações contratuais previstas no contrato de compra e venda da Elog. 3) Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores. 4) Exclui a Ecovias Sul.

Evolução do Lucro (Prejuízo) Líquido recorrente (em milhões de R$)



1) Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção, reversão da provisão para redução ao valor recuperável e a provisão para contingências cíveis da Ecovias Capixaba (3T25). 2) Exclui a atualização monetária sobre passivos da Ecovias Capixaba (3T25). 3) Exclui o crédito fiscal referente ao ativo fiscal diferido de IR/CSLL (3T26). 4) Considera a variação do lucro líquido dos acionistas não controladores e equivalência patrimonial.

O lucro líquido recorrente totalizou R$321,2 milhões no 3T26 (+17,5%) devido, principalmente, ao resultado financeiro, decorrente do aumento da receita financeira, em razão do maior saldo médio de caixa, incremento do volume de juros capitalizados e redução da variação monetária sobre debêntures, devido ao menor IPCA.



1) Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção, reversão da provisão para redução ao valor recuperável e a provisão para contingências cíveis da Ecovias Capixaba (9M25); e a Provisão do Acordo do Paraná (9M26). 2) Exclui a atualização monetária sobre passivos da Ecovias Capixaba (9M25) e a variação monetária do Acordo do Paraná (9M26). 3) Exclui o crédito fiscal referente ao ativo fiscal diferido de IR/CSLL (3T26). 4) Considera a variação do lucro líquido dos acionistas não controladores e equivalência patrimonial.

O lucro líquido recorrente totalizou R$364,3 milhões nos 9M26 (-41,7%).

Endividamento e Disponibilidade Financeira

Em setembro/2026, a dívida bruta atingiu R$30.817,9 milhões, aumento de 6,8% em relação a junho/26 devido, principalmente, à 1ª emissão de debêntures da Ecovias das Gerais, no valor de R$650,0 milhões, 17ª emissão de debêntures da EcoRodovias Concessões e Serviços, R$551,8 milhões, para aquisição facultativa – *exchange offer* – da 2ª série, da 13ª emissão de debêntures; desembolso do financiamento BNDES – Finem da Ecovias Araguaia (R$530,0 milhões) e ao desembolso da 3ª série, da 4ª emissão de

debêntures (R$477,0 milhões) e do financiamento BNDES – Finem da Ecovias Rio Minas (R$53,0 milhões).

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo totalizou R$6.356,9 milhões em setembro/26, aumento de 18,3% em relação a junho/26. **O saldo de caixa é 3,6x o endividamento de curto prazo e 1,9x o endividamento entre o 4T26 e 2028.**

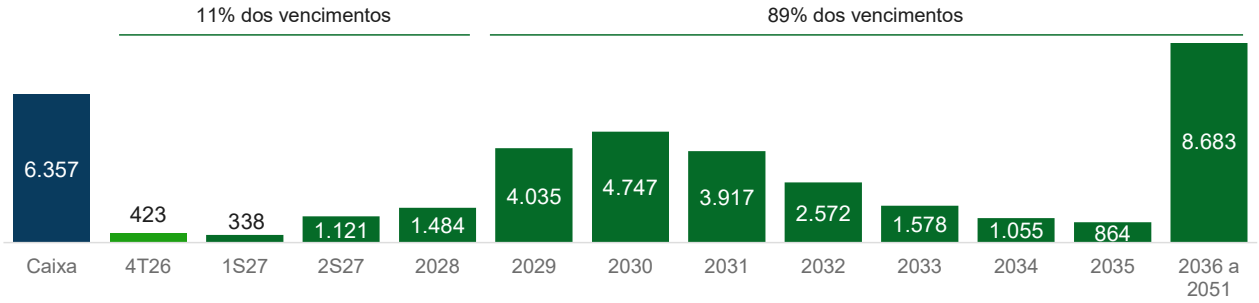
A alavancagem medida pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado encerrou setembro/26 em 4,3x, aumento de 0,2x em relação a junho/26. A alavancagem da **EcoRodovias Concessões e Serviços** encerrou setembro/26 em 4,1x, aumento de 0,2x em relação a junho/26.

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R$)	30/09/2026	30/06/2026	Var.
Curto Prazo	1.761,0	896,1	96,5%
Longo Prazo	29.056,9	27.955,4	3,9%
Divida Bruta Total[1]	30.817,9	28.851,5	6,8%
(-) Caixa e equivalentes	6.356,9	5.371,4	18,3%
Dívida Líquida	24.461,0	23.480,1	4,2%
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA Ajustado[2] UDM[3]	**4,3x**	**4,1x**	**0,2x**

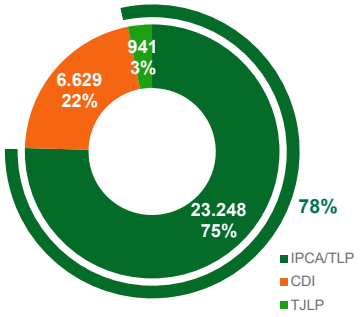
1) Não considera as Obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar.
2) Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção, reversão da provisão para redução ao valor recuperável e provisões para contingências da Ecovias Capixaba (3T25) e o Acordo do Paraná (2T26). 3) Últimos doze meses.

Cronograma de amortização da dívida bruta em 30/09/2026 (em milhões de R$):

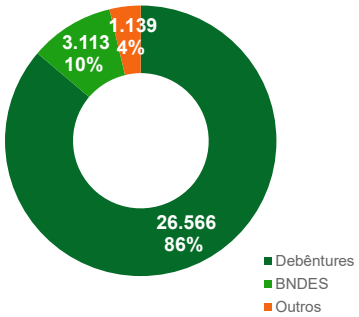
No 4T26, os vencimentos totalizam R$422,9 milhões e estão distribuídos entre as concessões rodoviárias: R$155,1 milhões e entre a *holding*/*subholdings*: R$267,7 milhões. **Em 2027,** os vencimentos totalizam R$1.459,4 milhões e estão distribuídos entre as concessões rodoviárias: R$1.290,5 milhões, sendo R$882,4 milhões na Ecovias Cerrado (3T27); e entre a *holding*/*subholdings*: R$169,0 milhões. Em setembro/2026, o prazo médio da dívida foi de 7,5 anos.



Dívida Bruta – 30/09/2026
por indexador (em R$ milhões e %)



Dívida Bruta – 30/09/2026
por instrumento (em R$ milhões e %)



Financiamentos contratados, a serem desembolsados, de acordo com a execução do *capex* – em 30/09/2026 (em milhões de R$)

Financiamentos contratados por concessão (em milhões de R$)	Valor do contrato	Valor desembolsado	Valor a desembolsar
Ecovias Norte Minas - BNDES	996,4	946,5	49,8
Ecovias Minas Goiás - BNDES	432,7	418,0	14,7
Ecovias Minas Goiás - FDCO	200,0	186,5	13,5
Ecovias Minas Goiás - BNDES (debêntures)	550,0	450,0	100,0
Ecovias Araguaia - BNDES	3.160,0	1.400,0	1.760,0
Ecovias Araguaia - Banco da Amazônia	461,0	315,1	145,8
Ecovias Rio Minas - BNDES (Finem)	663,4	113,0	550,4
Ecovias Rio Minas - BNDES (debêntures)	7.320,6	2.367,0	4.953,6
Ecovias Rio Minas - Banco do Nordeste	500,0	350,0	150,0
Ecovias Noroeste Paulista - BNDES (Finem)	178,3	-	178,3
Ecovias Noroeste Paulista - BNDES (debêntures)	3.955,0	2.350,0	1.605,0
Total	**18.417,3**	**8.896,1**	**9.521,2**

No 3T26, os financiamentos contratados de longo prazo para as obras de ampliação da capacidade atingiram R$18.417,3 milhões e o montante a desembolsar, R$9.521,2 milhões. No trimestre foram desembolsados R$1.060,0 milhões, sendo R$530,0 milhões na Ecovias Araguaia e R$530,0 milhões na Ecovias Rio Minas. Portanto, os recursos para a execução do *capex* da **Ecovias Norte Minas, Minas Goiás, Rio Minas, Araguaia e Noroeste Paulista** estão integralmente contratados e serão desembolsados de acordo com o cronograma de execução das obras.

Capex Consolidado por Segmento:

CAPEX[1] (em milhões de R$)	3T26			9M26		
	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	Total	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	Total
Concessões Rodoviárias	**1.909,1**	**35,5**	**1.944,6**	**4.301,3**	**115,5**	**4.416,8**
Ecovias Imigrantes	100,6	5,0	105,6	262,2	8,4	270,6
Ecovias Leste Paulista	51,5	3,8	55,3	152,9	9,4	162,3
Ecovias Sul	0,0	0,0	0,0	26,1	8,3	34,4
Ecovias Capixaba	314,7	—	314,7	668,7	—	668,7
Ecovias Ponte	11,9	1,4	13,2	32,0	2,9	35,0
Ecovias Norte Minas	44,3	6,8	51,2	122,6	23,3	145,8
Ecovias Minas Goiás	52,2	11,4	63,6	128,9	33,4	162,3
Ecovias Cerrado	37,1	6,6	43,7	92,4	25,3	117,7
Ecovias Araguaia	300,6	—	300,6	603,5	—	603,5
Ecovias Rio Minas	515,6	—	515,6	1.231,7	—	1.231,7
Ecovias Noroeste Paulista	271,5	—	271,5	606,0	—	606,0
Ecovias Raposo Castello	81,7	0,6	82,3	223,2	4,5	227,7
Ecovias das Gerais	127,4	—	127,4	151,1	—	151,1
Ecoporto Santos e Ecopátio Cubatão	6,6	—	6,6	20,5	—	20,5
Outros[2]	38,2	—	38,2	96,4	—	96,4
Eliminações	(14,4)	—	(14,4)	(37,8)	—	(37,8)
CAPEX	**1.939,5**	**35,5**	**1.975,0**	**4.380,5**	**115,5**	**4.496,0**
Outorga ao Poder Concedente - Ecovias das Gerais	—	—	—	84,4	—	84,4
Total	**1.939,5**	**35,5**	**1.975,0**	**4.464,9**	**115,5**	**4.580,3**

1) Considera investimentos contratuais, investimentos não contratuais (pleitos e melhorias) e capitalização de encargos financeiros.
2) Considera Serviços e *Holding*.

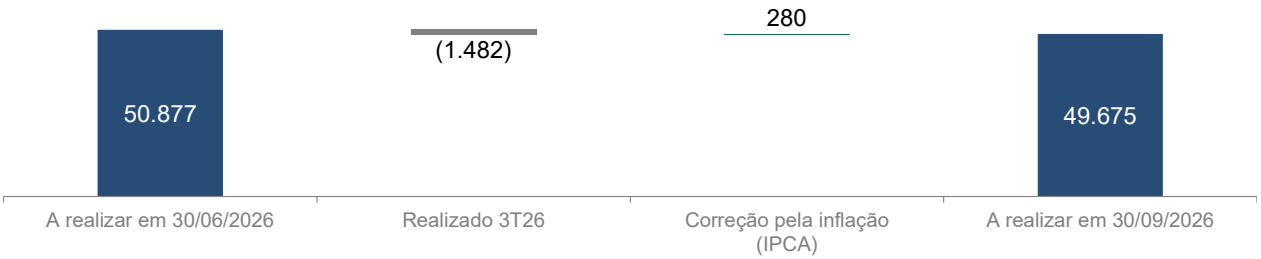
No 3T26, o *capex* totalizou R$1.975,0 milhões destinados, principalmente, às obras de ampliação da capacidade, melhorias e conservação de pavimento na Ecovias Rio Minas, Capixaba, Araguaia e Noroeste Paulista. O *capex* realizado considera R$1.482,1 milhões em investimentos contratuais, R$77,2 milhões em adiantamentos a fornecedores para mobilizações iniciais de obras, R$90,4 milhões de juros

capitalizados, R$127,4 milhões da Ecovias das Gerais, além de investimentos não contratuais que serão reequilibrados oportunamente.

Adicionalmente, a Companhia destaca a entrega de 11,5 km de faixas adicionais pela Ecovias Noroeste Paulista, na região de São Carlos/SP; 11,2 km de duplicações pela Ecovias Capixaba, entre Iconha/ES e Anchieta/ES e a entrega da alça de conexão entre a BR-116 e a Linha Vermelha, no Rio de Janeiro, pela Ecovias Rio Minas.

Outro destaque foi a conclusão do plano de 100 dias da Ecovias das Gerais, que contemplou obras de recuperação do pavimento, renovação da sinalização, melhorias nos dispositivos de segurança e serviços de conservação ao longo dos trechos. No período, foram aplicadas mais de 43 mil toneladas de massa asfáltica, implantados 160 km de sinalização horizontal e instaladas mais de 2.200 placas.

Evolução do *capex* contratual a realizar das concessões rodoviárias (em milhões de R$)



Nota: Não considera juros capitalizados, adiantamentos a fornecedores, outros investimentos não contratuais (objeto de reequilíbrios), além da Ecovias das Gerais.

No 3T26, o *capex* contratual a realizar totalizou R$49.675,3 milhões, redução de 2,4% em relação ao trimestre anterior.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura", "Companhia" ou "EIL'') é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuária, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionados às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui doze concessões rodoviárias ativas, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) distribuídos em sete estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sudeste e Centro Oeste. A sede da Companhia fica localizada à Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo – SP. A controladora final do Grupo EcoRodovias, é a M.g.M.b. Sorgente S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália.

As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias" ou "Grupo") estão sumarizadas nas Notas 2.1 e 11.

2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, IAS 34 – "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board* (IASB)" e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025"), publicadas no dia 18 de março de 2026 no jornal Valor Econômico (versão impressa e on-line) e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.gov.br/cvm, www.b3.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

2.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas abaixo:

Controladas	Participação em 30/09/2026	Participação em 31/12/2025	Objetivos principais
Diretas			
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	100%	100%	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além da prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
EIL 01 Participações S.A. ("EIL 01")	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Ecoporto Santos S.A.	100%	100%	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. ("Termares")	100%	100%	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
EIL 04 S.A. ("EIL 04")	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL 06 S.A. ("EIL 06")	-	100%	Participação em outras sociedades na qualidade de sócia e acionista.
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. ("Ecopátio")	100%	100%	Administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos.
Indiretas			
CECM Concessão S.A. ("CECM")	100%	100%	Exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário e participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul ("Ecovias Sul")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias Imigrantes")	100%	100%	Concessão Rodoviária
RDC Concessões S.A. ("RDC")	100%	100%	Exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário e participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecovias Leste Paulista")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Ecovias Capixaba")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecovias Ponte")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Eco050 Concessionária de Rodovias S.A. ("Ecovias Minas Goiás")	100%	100%	Concessão Rodoviária
EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. ("Ecovias Rio Minas")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. ("Ecovias Norte Minas")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. ("Ecovias Cerrado")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária Ecovias das Gerais S.A. ("Ecovias das Gerais")	100%	-	Concessão Rodoviária
Concessionária de Rodovias Noroeste Paulista S.A. ("Ecovias Noroeste Paulista")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária Ecovias Raposo Castelo S.A. (“Ecovias Raposo Castello”)	100%	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias Araguaia")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Holding do Araguaia S.A. ("Holding do Araguaia")	65%	65%	Participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia-quotista.
Argovias Administração e Participações S.A. ("Argovias")	100%	100%	Participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia-quotista

2.2 Controladas em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 30 de setembro de 2026 a Companhia possui participação indireta de 50% na controlada em conjunto Inovap 5 Administração e Participações S.A.

Para mais informações vide Nota 11.

2.3 Aprovação das demonstrações contábeis intermediárias

Em 06 de novembro de 2026, o Comitê de Auditoria, analisou e se manifestou favoravelmente a estas Informações Trimestrais e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 09 de novembro de 2026.

Os conselheiros têm, na data de aprovação das informações trimestrais, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, o Grupo aplicou a base contábil de continuidade operacional na elaboração das informações trimestrais.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A Administração da Companhia, avaliou as novas normas, alterações e interpretações existentes com a adoção inicial em 1º de janeiro de 2026, e concluiu que não há impacto relevante sobre as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia.

4. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Nos períodos de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2026, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2025.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	12	8	29.581	35.442
Equivalentes de caixa:				
Fundo de investimento (a)	3.032	41.056	1.645.386	801.903
Operações compromissadas (b)	-	-	182.128	77.102
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	919.666	219.125
Letra financeira (d)	-	-	195.514	-
Aplicações automáticas (e)	246	329	10.413	52.625
	3.290	41.393	2.982.688	1.186.197

(a) Em 30 de setembro de 2026 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 51,2% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 48,8% aplicações em Cotas de Fundo. As cotas de fundo não são exclusivos, de renda fixa em entidades com rating AA, aderente a politica de investimentos do Grupo EcoRodovias. Em 31 de dezembro de 2025 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 19,2% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 80,8% aplicações em Cotas de Fundos.

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 100,9% em 30 de setembro de 2026 (102,7% em 31 de dezembro de 2025) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 96,6% do CDI em 30 de setembro de 2026 (91,8% em 31 de dezembro de 2025), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF.

(c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 102,4% do CDI em 30 de setembro de 2026 (102,4% em 31 de dezembro de 2025), sem o risco de perda significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

(d) O saldo aplicado em Letras Financeiras é remunerado a 101,5% do CDI, com vencimentos distribuídos conforme cronograma previamente pactuado e remuneração compatível com as condições de mercado.

(e) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

O aumento nos saldos de "caixa e equivalentes de caixa" deve-se principalmente a entrada de recursos dos empréstimos e financiamentos e debêntures, conforme descrito nas Notas 15 e 16.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Cotas Fundo - BTG CDB I e CDB Plus (a)	4.591	169.950	2.491.807	3.319.251
Cotas Fundo - BTGP TESOURO (a)	831	—	450.715	—
Cotas Fundo – FIDC_ECO (b)	73	2.606	39.539	50.899
	5.495	172.556	2.982.061	3.370.150

(a) Em 30 de setembro de 2026, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundos com gestão do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB I, CDB Plus e BTGP TESOURO). Este fundo aplica os recursos em papéis de renda fixa em entidades com rating AA, não exclusivos, e possui a mesma estratégia da política de investimentos do Grupo EcoRodovias. Os recursos são remunerados à taxa média ponderada de 100,9% do CDI (102,7% em 31 de dezembro de 2025), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui liquidez diária.

(b) Em 30 de setembro de 2026, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundos de Direitos Creditórios do Grupo EcoRodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerados à taxa média ponderada de 100,9% do CDI (102,7% em 31 de dezembro de 2025), vinculados ao fundo de investimento.

No Fundo de Direitos Creditórios (FIDC_ECO), os recursos são utilizados para financiar nossos fornecedores através da antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Fundo FIDC_ECO em troca do recebimento antecipado do título. O Fundo FIDC_ECO, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor na conta do Fundo FIDC_ECO. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas informações trimestrais, no passivo circulante, com a nomenclatura "Fornecedores - FIDC" logo abaixo da rubrica "Fornecedores". Em 30 de setembro de 2026, o valor antecipado em favor dos fornecedores é de R$18.310 (R$27.624 em 31 de dezembro de 2025).

A redução na rubrica "aplicações financeiras" deve-se principalmente a realocação de valores para a rubrica "caixa e equivalentes de caixa".

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA – CONSOLIDADO

	30/09/2026	31/12/2025
Fundo de investimento (a)	281.062	376.680
Certificado de depósito bancário (CDB) (b)	110.198	63.197
Conta corrente – Reserva (c)	909	3.016
	392.169	442.893
Circulante	203.110	224.146
Não circulante	189.059	218.747

(a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 96,4% do CDI em 30 de setembro de 2026 (98,4% em 31 de dezembro de 2025).

(b) O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é remunerado a taxa média ponderada de 85,8% do CDI em 30 de setembro de 2026 (86,0% em 31 de dezembro de 2025).

(c) Saldo em Conta Corrente Reserva, referente a movimentação em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Não há remuneração aplicável para Conta Corrente Reserva.

A redução na rubrica "aplicações financeiras - conta reserva" deve-se principalmente ao pagamento antecipado do financiamento junto ao BNDES da controlada Ecovias Capixaba, conforme descrito na Nota 15.

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	30/09/2026	31/12/2025
Pedágio eletrônico	534.721	535.455
Receitas acessórias	13.805	11.430
Recebíveis de portos	26.805	16.037
Receita armazenada	16.644	14.136
Outras contas a receber	3.474	28.404
Venda de terrenos e fibra óptica	2.649	3.940
Desconto de Usuário Frequente (DUF) a receber	11.196	7.456
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(7.695)	(5.798)
	601.599	611.060

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	30/09/2026	31/12/2025
A vencer	598.870	609.511
Vencidos:		
Até 30 dias	3.644	1.783
De 31 a 90 dias	1.203	1.137
De 90 a 120 dias	528	120
Acima de 120 dias	5.049	4.307
	609.294	616.858

A movimentação do período nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/09/2026	30/09/2025
Saldo no início do período	(5.798)	(11.227)
Valores recuperados	1.845	3.072
Valores baixados	15	4.347
Constituição de PECLD	(3.757)	(1.443)
Saldo no fim do período	(7.695)	(5.251)

9. CRÉDITOS PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO

9.1 Conta reserva

	30/09/2026	31/12/2025
Ecovias Araguaia	1.914.403	1.711.377
Ecovias Rio Minas	33.133	37.029
Ecovias Noroeste Paulista	7.771	144
Ecovias Capixaba	45.615	19.915
Ecovias das Gerais (vide Nota 21.1.b)	87.771	-
	2.088.693	1.768.465

9.2 Ativo sujeito a indenização

	30/09/2026	31/12/2025
Ativo financeiro	353.752	342.059
Residual ativo imobilizado	—	8
	353.752	342.067

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

A natureza dos depósitos judiciais é:

	30/09/2026	31/12/2025
Natureza:		
Cível (a)	21.259	14.830
Tributário	6.371	6.080
Trabalhista	9.339	9.042
Desapropriações	31.063	29.294
THC2 – Terminal Handling Charge	110.568	105.705
Órgão Regulador	23.131	25.839
	201.731	190.790

(a) A principal variação no período refere-se à realização de depósitos relacionados a discussões judiciais, ações de reintegração de posse e acordos de desapropriação consensual em fase de homologação, efetuados para garantia das demandas e retomada de áreas pela Concessionária, sendo que os valores vinculados às reintegrações de posse e das desapropriações serão posteriormente capitalizados como CAPEX.

11. INVESTIMENTOS

11.1 Controladora

	31/12/2025	Dividendos propostos	Redução de capital	Venda de Participação	Equivalência patrimonial	30/09/2026
ECS	5.086.282	(9.000)	-	-	546.249	5.623.531
Ecoporto	273.468	-	(95.000)	-	19.968	198.436
Termares	17.227	(15.349)	-	-	13.470	15.348
EIL 01	19	-	-	-	-	19
EIL04	-	-	-	-	-	-
EIL06 (a)	6	-	-	(6)	-	-
Ecopátio	22.357	-	(8.000)	-	13.491	27.848
Lucros não realizados - Ecovias Capixaba	(630)	-	-	-	39	(591)
	5.398.729	(24.349)	(103.000)	(6)	593.217	5.864.591

(a) Em 07 de abril de 2026, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações com a controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., para venda de 100% de participação da controlada EIL06 S.A., pelo valor do Patrimônio Líquido de R$6 da investida.

11.2 Consolidado

	31/12/2025	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	30/09/2026
Inovap 5 Adm e Participações S.A. (a)	-	20.868	(5.802)	15.066
	—	20.868	(5.802)	15.066

(a) Em 08 de janeiro de 2026, após aprovação, pela Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Acordo de Investimento celebrado entre a Motiva e a Companhia, e tendo sido integralmente verificadas e cumpridas todas as condições precedentes nele previstas, foi implementada a operação de investimento destinada ao desenvolvimento e à operação conjunta de uma plataforma digital para gestão e processamento de pagamentos de pedágios em pórticos com tecnologia *free flow* ("Operação").

Em decorrência da implementação da Operação, a Motiva e a Companhia passaram, a partir desta data, a deter, cada uma, 50% do capital social da INOVAP 5 ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., empresa que opera a plataforma PedagioDigital (www.pedagiodigital.com), através de um aporte inicial de R$868 que a Companhia realizou na INOVAP 5.

Em 09 de fevereiro de 2026, foi deliberado o aumento de capital social da *Joint Venture* no valor de R$10.000 (dez milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 16.615.791 (dezesseis milhões, seiscentos e quinze mil, setecentos e noventa e um) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R$0,60184 cada, totalmente subscritas e integralizadas em 10 de fevereiro de 2026 por suas acionistas na proporção de suas respectivas participações acionárias, ou seja, R$5.000 para a Companhia.

Em 20 de julho de 2026, foi deliberado o aumento de capital social da *Joint Venture* no valor de R$30.000 (trinta milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 149.378.670 (cento e quarenta e nove milhões, trezentas e oito mil, seiscentas e setenta) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R$0,20083 cada, a serem totalmente subscritas e integralizadas até 31 de outubro de 2026 por suas acionistas na proporção de suas respectivas participações acionárias, ou seja, R$15.000 para a Companhia. As integralizações ocorreram da seguinte forma: (i) R$5.000 em 23 de julho de 2026; e (ii) R$10.000 em 03 de setembro de 2026.

Acordo de Investimento

Em 29 de setembro de 2026 a Companhia divulgou o fato relevante que celebrou nesta data, através de sua controlada ECS acordo de investimento com a Eletromidia Soluções S.A. visando a constituição de uma parceria estratégica para exploração comercial de mídia *Out-of-Home (*OOH*)* em rodovias.

A parceria tem por objeto combinar a experiência e a capacidade comercial da Eletromidia no mercado de mídia OOH com a presença e a capilaridade da Motiva e da EcoRodovias no setor de concessões rodoviárias, promovendo o desenvolvimento da mídia OOH em rodovias.

A operação será implementada por meio da constituição de uma nova sociedade ("*NewCo*"), responsável pela implantação, operação e comercialização de ativos de mídia OOH, digitais e estáticos, em rodovias. A *NewCo* terá como acionistas a Eletromidia, com participação de 51,0%, e a Motiva e a EcoRodovias, cada uma com participação de 24,5% de seu capital social.

A conclusão da operação está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e ao cumprimento das demais condições precedentes usuais a esse tipo de transação.

11.3 Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2025	Amortização	30/09/2026
Direito de concessão – Ecovias Sul	127	(127)	—
	127	(127)	—

11.4 Dividendos a receber:

	31/12/2025	Propostos	Recebidos	30/09/2026
ECS	—	9.000	(9.000)	—
EIL-01	6	—	(6)	—
Ecoporto	—	—	—	—
Termares	—	15.349	(15.349)	—
	6	24.349	(24.355)	—

11.5 A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 30 de setembro de 2026:

Controladas diretas	Ativo total	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro/(prejuízo) líquido do período
EIL 01	19	-	19	-	-
ECS	12.783.244	7.159.713	5.623.531	456.885	546.249
Ecoporto	616.534	418.098	198.436	245.151	19.969
Termares	80.643	65.296	15.347	52.529	13.470
EIL 04	-	-	-	-	
Ecopátio	76.313	48.465	27.848	43.019	13.491
Controladas indiretas					
CECM	9.431	6.729	2.702	-	279
Ecovias Sul	115.153	48.488	66.665	112.132	(142.295)
Ecovias Imigrantes	4.246.088	3.596.292	649.796	1.523.069	377.913
RDC	60.214	58.490	1.724	-	(37.409)
Ecovias Leste Paulista	2.018.007	1.404.045	613.962	565.958	64.432
Ecovias Capixaba	4.707.471	2.723.177	1.984.294	826.569	145.098
Ecovias Ponte	804.227	557.999	246.228	168.921	15.261
Ecovias Minas Goiás	2.841.010	1.611.548	1.229.462	440.039	27.433
Ecovias Rio Minas	5.344.299	3.449.738	1.894.561	1.797.992	223.002
Ecovias Norte Minas	3.766.455	3.014.287	752.168	469.268	1.402
Ecovias Cerrado	1.828.490	1.006.664	821.826	222.774	(12.074)
Ecovias das Gerais	1.080.421	815.176	265.245	103.361	(4.246)
Ecovias Noroeste Paulista	4.058.743	2.801.536	1.257.207	1.164.143	161.080
Ecovias Raposo Castello	2.936.499	2.735.041	201.458	587.666	61.011
Ecovias Araguaia	6.680.366	4.652.161	2.028.205	882.939	35.672
Holding do Araguaia	2.452.727	1.629.474	823.253	-	(57.671)
Argovias	1.229.771	5	1.229.766	-	27.431
EIL 05	23.880	117	23.763	-	326
EDN	37.491	3.034	34.457	1.566	887

12. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	4,0	25,0	10,0	-	
Taxa média ponderada de depreciação - %	13,9	3,6	6,2	-	4,0	0,5	13,2	7,4	4,5	
CUSTO DO IMOBILIZADO										
Saldos em 31/12/2025	1.280.246	430.673	47.691	8.118	80.530	260.724	31.715	86.466	9.607	2.235.770
Adições	112.745	24.879	5.063	-	-	6	5.100	12.027	16	159.836
Baixas	(957)	(6.582)	(2)	-	-	-	(3.416)	-	(52)	(11.009)
Transferências	1.482	(1.599)	24	-	10	-	1	137	(10)	45
Saldos em 30/09/2026	1.393.516	447.371	52.776	8.118	80.540	260.730	33.400	98.630	9.561	2.384.642
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA										
Saldos em 31/12/2025	(702.280)	(324.653)	(27.640)	-	(66.458)	(248.620)	(22.215)	(43.688)	(7.096)	(1.442.650)
Adições	(139.444)	(11.828)	(2.354)	-	(2.415)	(1.004)	(3.057)	(5.164)	(324)	(165.590)
Baixas	7	2.540	2	-	-	-	2.297	-	52	4.898
Transferências	(1)	13	-	-	-	3	-	-	-	15
Saldos em 30/09/2026	(841.718)	(333.928)	(29.992)	-	(68.873)	(249.621)	(22.975)	(48.852)	(7.368)	(1.603.327)
IMOBILIZADO LÍQUIDO										
Em 30/09/2026	551.798	113.443	22.784	8.118	11.667	11.109	10.425	49.778	2.193	781.315
Em 31/12/2025	577.966	106.020	20.051	8.118	14.072	12.104	9.500	42.778	2.511	793.120

Em 30 de setembro de 2026, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rubrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza.

13. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

	Contratos de concessão (a)	Ágio Ecovias Sul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de uso – CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-	-	
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	11,0	-	-	(d)	
CUSTO DO INTANGÍVEL							
Saldos em 31/12/2025	29.962.990	8.561	394.941	3.162.493	1.598	698.635	34.229.218
Adições	975.809	-	41.303	3.287.910	-	227.787	4.532.809
Baixas	(110.404)	-	(2.492)	(21.250)	-	(66.648)	(200.794)
Transferências	1.478.444	-	118	(1.478.607)	-	-	(45)
Saldos em 30/09/2026	32.306.839	8.561	433.870	4.950.546	1.598	859.774	38.561.188
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA							
Saldos em 31/12/2025	(6.148.338)	(8.298)	(248.146)	-	(1.336)	(427.515)	(6.833.633)
Adições	(877.882)	(128)	(34.373)	-	(49)	(155.160)	(1.067.592)
Baixas	128	-	-	-	-	53.916	54.044
Transferências	(15)	-	-	-	-	-	(15)
Saldos em 30/09/2026	(7.026.107)	(8.426)	(282.519)	-	(1.385)	(528.759)	(7.847.196)
INTANGÍVEL LÍQUIDO							
Em 30/09/2026	25.280.732	135	151.351	4.950.546	213	331.015	30.713.992
Em 31/12/2025	23.814.652	263	146.795	3.162.493	262	271.120	27.395.585

(a) Os itens referentes a Contratos de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 30 de setembro de 2026, as principais adições nesta rubrica referem-se a: consultorias, pavimentação, duplicações, marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização, implantação de infraestrutura e Ônus de Concessão da Ecovias das Gerais, entre outros.

(b) As taxas médias de amortização em 30 de setembro de 2026 foram de 3,67% a.a. (3,75% a.a. em 30 de setembro de 2025).

(c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no período findo em 30 de setembro de 2026 referem-se às duplicações e melhorias, desapropriações, restauração e reabilitação de pavimentos, levantamento de parâmetros, implantação de sistemas de drenagem, recuperação de obras de artes especiais, restauração de passivos e condicionantes ambientais, recuperação e contenção de encostas, implantação de passarelas, trabalhos iniciais nas rodovias, obras civis nas praças de pedágios, capitalização de encargos, adiantamentos para mobilizações iniciais de obras e custos iniciais da Ecovias das Gerais.

(d) Amortização realizada conforme prazo dos contratos de arrendamento. As adições referem-se a novos contratos de locações de equipamentos, veículos, imóveis, CODESP (Áreas do Ecoporto) e licenciamento de *software*.

Capitalização de juros

No período findo em 30 de setembro de 2026, foram capitalizados R$301.008 referentes a encargos financeiros (R$228.557 em 30 de setembro de 2025) de financiamentos vinculados a intangível em andamento.

Adiantamentos para mobilizações

No período findo em 30 de setembro de 2026, foram realizados adiantamentos líquidos, no montante de R$347.573 (R$39.281 em 30 de setembro de 2025), destinados a mobilizações iniciais de canteiros de obras das controladas da Companhia. Tais adiantamentos serão descontados no decorrer da realização das obras de ampliação e melhorias, de acordo com os respectivos contratos firmados com as empresas de engenharia.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1 Tributos diferidos - consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição e movimentação para o período:

	Balanço patrimonial				Resultado
	31/12/2025	Adições	Baixas	30/09/2026	30/09/2026
Realização do ágio na incorporação:					
Ecovias Sul	92	-	(92)	-	(92)
Ecopátio	1.157	-	(217)	940	(217)
Argovias	14.045	-	-	14.045	-
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	31.106	8.378	(3.252)	36.232	5.126
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	266.400	172.288	(140)	438.548	172.148
Provisão para manutenção	79.602	52.715	(36.145)	96.172	16.570
Acordo ANPC	6.917	6.621	-	13.538	6.621
AVP ônus da concessão	22.842	23.402	(27.541)	18.703	(4.139)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	259	480	(159)	580	321
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(21.801)	-	1.795	(20.006)	1.795
Juros capitalizados	(284.131)	(134.871)	5.468	(413.534)	(129.403)
Direito reequilíbrio	(21.048)	(13.537)	1.804	(32.781)	(11.733)
Outros	1.864	434	(172)	2.126	262
Lucro diferido (b)	(5.401)	(354)	1.429	(4.326)	1.075
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	91.903	115.556	(57.222)	150.237	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					58.334

(a) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: ECS, Ecovias Capixaba, Ecovias Norte Minas, Ecovias Cerrado e EDN.

No período findo em 30 de setembro de 2026, a controlada direta ECS não efetuou o registro de novos tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, devido a mudanças na expectativa de recuperabilidade. Porém, mesmo não havendo o registro contábil, fiscalmente o direito ao crédito permanece e não tem data de expiração, conforme determina a legislação brasileira. Em havendo novamente expectativa de recuperabilidade futura, a Companhia procederá com o registro contábil.

No período findo em 30 de setembro de 2026, a controlada indireta Ecovias Capixaba, reconheceu um crédito de R$135.303 referente a ativo fiscal diferido de IR e CSLL sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL não constituído em períodos anteriores. O reconhecimento decorre em função de que o resultado tributável real apresentado nos primeiros nove meses, a partir do reajuste do degrau tarifário e aumento do tráfego são base para corroborar e fundamentar que as expectativas de realização futuras dos saldos de ativo fiscal diferido é apropriada para o referido registro.

(b) Lucro diferido de valores a receber do Poder Concedente conforme Decreto-Lei nº 1.598/77 (IRPJ), art. 57 da Lei nº 8.981/95 e do art. 3º da IN RFB nº 1.700/17 (CSLL) das controladas Ecovias Capixaba, Ecovias Rio Minas, Ecovias Noroeste Paulista, Ecovias Raposo Castello e Ecovias Araguaia.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC32 - Tributos sobre o Lucro, parágrafo 73, a Companhia possui em, 30 de setembro de 2026, R$381.089 no ativo não circulante e R$230.852 no passivo não circulante (R$267.331 no ativo não circulante e R$175.428 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025), e registrou crédito de R$58.334 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do período.

14.2 Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	418.902	781.161	807.804	1.366.469
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(142.427)	(265.595)	(274.653)	(464.600)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(11.081)	(9.204)
Gratificações/PPR diretores	(2.165)	(1.290)	(4.892)	(2.887)
Equivalência patrimonial	201.711	291.680	(1.989)	-
Despesas indedutíveis	(5)	(5)	(315)	(431)
Amortização de ágio	(265)	(131)	(458)	(742)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	-	68.904
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	2.209	2.633
Créditos tributários não constituídos (a)	(56.764)	(24.141)	(244.582)	(211.551)
AVP ônus da concessão - Ecovias Norte Minas	-	-	-	-
Realização créditos tributários anos anteriores Ecovias Capixaba	-	-	110.581	-
Operações descontinuadas	(86)	183	(222)	183
Acordo leniência/Não persecução cível	-	-	(12.401)	(342)
Capitalização juros s/investimentos	-	-	10.483	6.813
Outros	1	(701)	18.233	12.526
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(409.087)	(598.698)
Imposto de renda e contribuição social correntes (b)	-	-	(467.421)	(561.262)
Impostos diferidos	-	-	58.334	(37.436)
Taxa efetiva	-	-	50,6%	43,8%

(a) São compostos pela Companhia e pelas controladas ECS, CECM, RDC, Ecovias Sul, Holding do Araguaia, Ecoporto e Termares em função de não haver expectativa de rentabilidade futura.

(b) Em 30 de setembro de 2026, a controlada Ecovias Rio Minas registrou benefício de IRPJ corrente de R$7.176, conforme Medida Provisória nº 2.199-14/2021 e na Lei nº 14.753/2023 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

14.3 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A movimentação do período do imposto de renda e contribuição social a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025
Saldo no início do período provisão IR/CS	188.737	129.714
Despesa IR/CS DRE	467.421	561.262
Total de IR/CS pagos	(461.272)	(489.407)
Saldo no fim do período provisão IR/CS	194.886	201.569

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

Modalidade	30/09/2026	31/12/2025
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	3.110.890	2.723.812
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	392.705	399.603
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	103.901	105.164
CCB - FNO	290.125	300.328
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	352.220	350.701
Outros	2.387	5.094
	4.252.228	3.884.702
Circulante	162.101	192.303
Não circulante	4.090.127	3.692.399

A movimentação do período dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	30/09/2026	30/09/2025
Saldo no início do período	3.884.702	3.084.239
Adições/(custo captação) (a)	570.501	512.750
Juros (Nota 27)	220.958	171.196
Variação cambial/monetária (Nota 27)	96.875	81.627
Pagamento de principal	(314.222)	(102.899)
Pagamento de juros	(206.586)	(164.090)
Saldo no fim do período	4.252.228	3.582.823

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/09/2026	31/12/2025
2027	40.086	207.252
2028	157.416	221.504
2029	172.585	205.447
2030	189.249	198.879
2031	205.511	190.671
Posteriores a 2031	3.325.280	2.668.646
	4.090.127	3.692.399

(a) As principais adições no período referem-se a:

Companhia	Modalidade	Montante bruto
Ecovias Rio Minas	Banco Nacional Desenvolvimento Social - BNDES	113.000
Ecovias Araguaia	Banco Nacional Desenvolvimento Social - BNDES	530.000

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("*covenants*"). Os referidos índices são medidos semestralmente ou anualmente conforme cada contrato, com base nas Demonstrações Financeiras de cada período ou exercício. As controladas da Companhia estão adimplentes com os índices financeiros ("*covenants*") dos referidos contratos.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

As controladas da Companhia estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas descritas acima.

16. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures no período está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Saldo no início do período	1.266.517	591.598	22.478.925	16.950.682
Adições/(Custo captação) (a)	(7)	-	4.447.888	10.318.987
Juros (Nota 27)	142.581	41.019	1.669.318	1.447.998
Variação monetária (Nota 27)	-	-	607.546	446.890
Amortização de custos com emissão (Nota 27)	1.311	405	52.355	60.555
Pagamento de principal	-	(308.224)	(1.202.923)	(6.467.796)
Pagamento de juros	(82.493)	(37.243)	(1.487.455)	(1.525.090)
Saldo no fim do período	1.327.909	287.555	26.565.654	21.232.226
Circulante	85.062	192.620	1.598.901	1.586.216
Não circulante	1.242.847	94.935	24.966.753	19.646.010

(a) As adições no período findo em 30 de setembro de 2026, refere-se a:

(i) R$540.000 em entrada de recursos da 2ª série e R$477.000 da 3ª série, ambas da 4ª emissão de debêntures da controlada indireta Ecovias Rio Minas.

(ii) Ecovias Capixaba

Em 15 de maio de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta Ecovias Capixaba, foi aprovada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional prestada pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (ECS), conforme estabelecido na escritura da emissão, em série única, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM nº 160 e da Lei nº 12.431/2011.

A emissão compreendeu 2.400.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$1, totalizando R$2.400.000. As debêntures possuem vencimento em 15 de junho de 2030 e são remuneradas a IPCA acrescido de 8,64% a.a. Os juros e o principal são liquidados integralmente no vencimento da operação, não havendo pagamentos periódicos de juros ou amortizações parciais antes dessa data.

Os recursos líquidos captados foram destinados ao reembolso de gastos e despesas já incorridos e à realização de investimentos futuros relacionados ao Projeto de investimento prioritário enquadrado pelo Ministério dos Transportes (Processo nº 50000.013297/2026-99 e Nota Técnica nº 14/2026/CFOM/GAB-SFPLAN/SE) enquadrado nos termos da Lei nº 12.431/2011 e aprovado pelo Ministério dos Transportes.

A emissão possui cláusulas usuais para operações dessa natureza, incluindo *covenants* financeiros e hipóteses de vencimento antecipado previstas na escritura, dentre elas eventos de inadimplemento e demais condições contratuais aplicáveis.

(iii) ECS

Em 14 de agosto de 2026, em Reunião do Conselho de Administração da controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (ECS), foi aprovada a 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, destinada exclusivamente a investidores profissionais, para distribuição pública sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM nº 160 e da Lei nº 12.431/2011.

A emissão compreendeu 551.816 debêntures, com valor nominal unitário de R$1, totalizando até R$551.816. As debêntures possuem vencimento em 28 de agosto de 2032, e são remuneradas à taxa correspondente a 100% do CDI acrescida de 0,95% ao ano, base 252 dias úteis. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente e o principal será amortizado em duas parcelas, correspondentes a 50% do saldo devedor em 28 de agosto de 2031 e 50% remanescentes na data de vencimento da emissão.

Os recursos líquidos captados por meio da emissão foram destinados à aquisição facultativa ou ao resgate antecipado facultativo das debêntures da 2ª série da 13ª emissão da ECS, bem como ao reforço do capital de giro da companhia.

A emissão possui cláusulas usuais para operações dessa natureza, incluindo *covenants* financeiro e hipóteses de vencimento antecipado previstas na escritura, dentre elas eventos de inadimplemento e demais condições contratuais aplicáveis.

(iv) Ecovias das Gerais

Em 11 de setembro de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta Concessionária Ecovias das Gerais S.A., foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional prestada pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (ECS), em série única, destinada exclusivamente a investidores profissionais, para distribuição pública sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM nº 160 e da Lei nº 12.431/2011.

A emissão compreendeu 650.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$1, totalizando R$650.000. As debêntures possuem vencimento em 05 de setembro de 2028, e são remuneradas por 100% da taxa DI acrescida de spread de 0,55% ao ano, base 252 dias úteis. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente e o principal é amortizado integralmente em parcela única na data de vencimento da operação.

Os recursos líquidos captados foram destinados a fins corporativos gerais da concessionária, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento de despesas gerais e à realização de investimentos relacionados à concessão dos trechos das rodovias BR-251/MG e BR-116/MG, objeto do Edital de Concessão nº 05/2025 da ANTT.

A emissão possui cláusulas usuais para operações dessa natureza, incluindo *covenants* financeiro e hipóteses de vencimento antecipado previstas na escritura, dentre elas eventos de inadimplemento, descumprimento de obrigações contratuais e demais condições aplicáveis à operação.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	30/09/2026			31/12/2025		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2027	-	(438)	(438)	-	(1.749)	(1.749)
2028	-	(1.752)	(1.752)	-	(1.751)	(1.751)
2029	-	(1.755)	(1.755)	-	(1.754)	(1.754)
2030	416.666	(1.659)	415.007	416.666	(1.658)	415.008
2031	416.667	(1.069)	415.598	416.667	(1.068)	415.599
Posteriores a 2031	416.667	(480)	416.187	416.667	(480)	416.187
	1.250.000	(7.153)	1.242.847	1.250.000	(8.460)	1.241.540

	Consolidado					
	30/09/2026			31/12/2025		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2027	127.277	(46.070)	81.207	1.190.792	(72.661)	1.118.131
2028	1.399.414	(72.610)	1.326.804	727.424	(51.385)	676.039
2029	3.922.865	(60.249)	3.862.616	3.725.807	(39.622)	3.686.185
2030	4.604.591	(47.337)	4.557.254	2.173.518	(32.558)	2.140.960
2031	3.745.748	(33.844)	3.711.904	3.339.854	(25.508)	3.314.346
Posteriores a 2031	11.595.074	(168.106)	11.426.968	10.060.960	(94.445)	9.966.515
	25.394.969	(428.216)	24.966.753	21.218.355	(316.179)	20.902.176

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("*covenants*"), podendo ser medidos semestral ou anualmente. As controladas da Companhia estão adimplentes com os referidos índices.

Os contratos de debêntures da Companhia e das controladas ECS, Ecovias Ponte, Ecovias Norte Minas, Holding do Araguaia, Ecovias Rio Minas, Ecovias Cerrado, Ecovias Capixaba, Ecovias Minas Goiás, Ecovias Raposo Castello e Ecovias das Gerais, possuem cláusulas restritivas de "*cross default*" que estabelecem a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia, das próprias controladas e de outras controladas relevantes da Companhia. Em 30 de setembro de 2026, inexiste evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a cláusulas restritivas da Companhia e das referidas controladas.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Companhia e suas controladas estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos.

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Passivo de arrendamento:	2.591	3.362	353.970	293.224
Circulante	1.036	1.545	143.289	163.717
Não circulante	1.555	1.817	210.681	129.507

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Saldo inicial do período	3.362	4.745	293.224	242.195
Adições (Nota 13.d)	415	-	227.787	99.003
Baixas	-	-	(16.245)	(3.229)
Encargos financeiros (Nota 27)	278	427	26.102	22.705
Pagamento de principal	(1.186)	(1.046)	(150.796)	(91.763)
Pagamento de juros	(278)	(427)	(26.102)	(22.705)
Saldo no fim do período	2.591	3.699	353.970	246.206

18. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de setembro de 2026, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

18.1 Controladora

		Contrato (se aplicável)				Montantes envolvidos				Outras informações	
Companhia	Natureza	Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Receita	Garantias	Posição contratual
Itinera Construções Ltda.	Outras Partes Relacionadas	30/03/2026	31/12/2026	303	13	5	-	Em até 45 dias	42	N/A	Credor
Saldo em 30 de setembro de 2026						5	—		42		
Saldo em 31 de dezembro de 2025						5	4.000				
Saldo em 30 de setembro de 2025									40		

18.2 Consolidado

		Contrato (se aplicável)				Montantes envolvidos						Outras informações	
Companhia	Natureza	Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Receita	Custo	Intangível	Garantias	Posição contratual
CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda.|TB Transportadora Betumes Ltda.	Outras Partes Relacionadas	01/03/2024	01/08/2027	378.324	103.780	—	989	Em até 45 dias	-	-	99.179	N/A	Devedor
Consórcio Instalações SM	Outras partes relacionadas	25/08/2025	31/05/2036	709.273	651.358	—	6.884	Em até 45 dias	-	-	40.751	N/A	Devedor
Consórcio NN Engenharia e Consultoria (a)	Outras Partes Relacionadas	03/06/2026	30/06/2026	1.168	20	—	—	Em até 45 dias	-	-	1.147	N/A	Devedor
ICCR 153 S.A.	Outras Partes Relacionadas	18/10/2021	18/01/2057	5.460.933	4.585.235	—	89.530	Em até 45 dias	-	-	237.304	N/A	Devedor
ICCR Noroeste Paulista S.A.	Outras Partes Relacionadas	01/11/2024	01/11/2029	1.547.367	1.213.537	—	72.422	Em até 45 dias	-	-	162.093	N/A	Devedor
ICCR Rio Minas S.A.	Outras Partes Relacionadas	08/03/2024	08/03/2031	6.262.142	5.755.374	—	169.451	Em até 45 dias	-	-	287.977	N/A	Devedor
Igli do Brasil Participações Ltda.	Outras Partes Relacionadas	01/01/2025	31/03/2026	60	15	5	—	Em até 45 dias	45	-	-	N/A	Credor
Itinera Construções Ltda. (b)	Outras Partes Relacionadas	18/07/2025	11/07/2030	324	243	5	—	Em até 45 dias	49	-	-	N/A	Credor
Itinera Construções Ltda. (b)	Outras Partes Relacionadas	30/03/2026	31/12/2026	303	13	5	—	Em até 45 dias	42	-	-	N/A	Credor
Sinelec Brasil Ltda.	Outras partes relacionadas	25/10/2023	31/12/2032	60.746	42.333	—	34	Em até 45 dias	-	-	1.925	N/A	Devedor
Sinelec Brasil Ltda.	Outras Partes Relacionadas	23/07/2025	11/07/2030	216	162	4	—	Em até 45 dias	33	-	-	N/A	Credor
Saldo em 30 de setembro de 2026						19	339.310		169	-	830.376		
Saldo em 31 de dezembro de 2025						18	208.430						
Saldo em 30 de setembro de 2025									85	-	516.759		

(a) O Consórcio NN Engenharia e Consultoria é formado pelas partes a (i) Itinera Construções Ltda. (50%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (50%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 8,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de assessoria técnica ampla, compreendendo a gestão, revisão e acompanhamento de Novos Projetos e demais estudos de necessidade da Engenharia.

(b) Referente a locação de sala comercial.

Além dos itens destacados acima em 30 de setembro de 2026, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2026 em R$38.482 (R$40.856 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025) , sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

	31/12/2025	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2026
Constituição da provisão para manutenção	2.416.845	84.005	-	-	2.500.850
Efeito do valor presente sobre constituição	(513.053)	(21.733)	-	-	(534.786)
Realização da manutenção	(2.031.528)	-	(106.043)	-	(2.137.571)
Ajuste a valor presente – realizações	439.092	-	-	15.566	454.658
	311.356	62.272	(106.043)	15.566	283.151
Circulante	97.166				44.437
Não circulante	214.190				238.714

20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

	31/12/2025	Adição/baixa (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2026
Constituição da provisão para obras futuras	242.449	(8.087)	-	-	234.362
Efeito do valor presente sobre a constituição	(54.110)	-	-	-	(54.110)
Realização da construção	(146.932)	-	(9.442)	-	(156.374)
Ajuste a valor presente – realizações	23.488	-	-	210	23.698
Atualização monetária	14.141	-	-	2.347	16.488
	79.036	(8.087)	(9.442)	2.557	64.064
Circulante	57.404				20.300
Não circulante	21.632				43.764

21. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO

21.1 Outorgas fixas, variáveis, taxas de fiscalização e outras

	30/09/2026	31/12/2025
Parcelas:		
Variáveis	6.218	8.746
Fixas	1.334.183	1.302.471
Taxas fiscalização	5.523	4.190
Conta ajuste/aporte da concessão (Nota 9.1)	2.088.693	1.768.465
Outras	2.632	2.219
	3.437.249	3.086.091
Circulante	157.749	137.354
Não circulante	3.279.500	2.948.737

A movimentação do período das obrigações com poder concedente está demonstrada a seguir:

	30/09/2026	30/09/2025
Saldo no início do período	3.086.091	2.687.930
Baixa parcelas conforme 3º e 4º aditivo contratual Ecovias Norte Minas (a)	(41.067)	-
Adição principal (b)	84.353	-
Custo (Nota 26)	126.640	113.085
Encargos financeiros (Nota 27)	110.280	115.435
Rendimento de aplicação conta ajuste (líquido IRRF)	166.303	138.543
Retenções tarifa e conta ajuste (ARTESP/ANTT)	94.372	87.356
Retenção parcelas Infinita Highway/Acórdão TCU (Ecovias Capixaba)	18.129	17.358
Reembolso DUF (Ecovias Rio Minas e Ecovias Araguaia)	(19.047)	(18.447)
Reembolso ANTT isenções Viúva Graça (Ecovias Rio Minas)	(25.474)	(25.041)
Pagamento do principal	(163.331)	(121.617)
Saldo no fim do período	3.437.249	2.994.602

(a) Em 03 de dezembro de 2025, foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo ("3º Termo Aditivo"), e em 06 de fevereiro de 2026, foi assinado o Quarto Termo Aditivo ("4º Termo Aditivo"), da controlada indireta Ecovias Norte Minas, tendo por objeto, além de outras providências, a concessão de desconto do valor da outorga pela Concessionária, nos meses de dezembro/2025 a junho/2026, considerando ambos os aditivos, em virtude do processo de Revisão Extraordinária em andamento.

(b) Em 15 de maio de 2026, a controlada indireta Concessionária Ecovias das Gerais realizou o depósito de R$84.353 na "Conta Aporte" da concessão, conforme proposta vencedora do Edital de Concessão nº 05/2025 da ANTT. O valor foi registrado na rubrica "Contrato de Concessão" no Intangível (Vide Nota Explicativa nº13).

21.2 Outros compromissos relativos a concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de setembro de 2026, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	30/09/2026 (até o fim do prazo de concessão)			
	Natureza dos custos			
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecovias Imigrantes	303.503	391.560	32.916	727.979
Ecovias Leste Paulista	15.449	186.610	290.657	492.716
Ecovias Capixaba	3.871.776	1.609.253	2.158.487	7.639.516
Ecovias Ponte	187.853	148.574	108.754	445.181
Ecovias Minas Goiás	145.841	1.024.557	78	1.170.476
Ecovias Rio Minas	6.966.841	4.002.268	1.760.777	12.729.886
Ecovias Norte Minas	124.254	594.559	112.617	831.430
Ecovias Cerrado	411.637	1.360.808	14.679	1.787.124
Ecovias Noroeste Paulista	3.413.280	4.311.352	781.057	8.505.689
Ecovias Araguaia	3.549.844	3.414.085	490.458	7.454.387
Ecovias Raposo Castello	3.049.238	3.908.370	933.335	7.890.943
Total	22.039.516	20.951.996	6.683.815	49.675.327

21.3 Novos contratos assinados

(a) Ecovias das Gerais

Contratante: União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Data de assinatura: 03 de junho de 2026 (início do prazo de concessão em 03 de julho de 2026, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens).

Objeto da Concessão: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-251/MG e BR-116/MG, mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

Índice de reajuste: IPC-A.

Data de reajuste: 01 de dezembro de cada ano (sendo a primeira em 01 de dezembro de 2027).

Prazo de vigência: 02 de julho de 2056 (30 anos).

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado por uma única vez, inclusive de forma antecipada, a critério do Poder Concedente e de um comum acordo com a Concessionária, por no máximo 30 (trinta) anos, nos termos da legislação vigente em conformidade com os critérios e procedimentos estabelecidos em normativo específico.

Recursos vinculados: Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, por aportes de terceiros, públicos ou privados, provenientes de outros contratos de concessão, conforme decisão do Poder Concedente, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço do Insumo; (ii) compensações decorrentes do acionamento do Mecanismo de Compartilhamento do Risco de Demanda; (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; (v) atenuação dos impactos de Reclassificação Tarifária, em caso de saldo relevante de Recursos Vinculados; (vi) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão; e (vii) realização de ações voltadas ao desenvolvimento de

infraestrutura resiliente, à redução de emissões de gases de efeito estufa, ao meio ambiente e á responsabilidade social, além daquelas estabelecidas explicitamente no referido contrato, e em conformidade com a regulamentação da ANTT.

Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta, ao longo de todo o prazo da concessão, podendo ser ajustado em razão da aplicação dos mecanismos contratuais e dos fatores de reequilíbrio, na forma prevista no contrato.

Casos de extinção: Conforme cláusula 33 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato.

22. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

22.1 CECM e RDC

A Companhia e a sua controlada EcoRodovias Concesões e Serviços S.A. tiveram, em 27 de maio de 2026, homologado o Termo de Acordo de Resolução Global de Controvérsias ("Acordo Global"), em processo de mediação, perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4, entre as controladas indiretas CECM Concessões S.A., anteriormente denominada Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., e RDC Concessões S.A., anteriormente denominada Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas ("Concessionárias do Paraná"), o Estado do Paraná ("Estado"), o Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná ("DER/PR"), o Ministério Público Federal ("MPF"), a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados ("AGEPAR") e a Procuradoria-Geral do Estado do Paraná ("PGE"), todos em conjunto, "Partes".

O Acordo Global equacionou as pendências relativas aos contratos de concessão das Concessionárias do Paraná ("Contratos de Concessão"), contemplando o encerramento (i) dos processos administrativos e ações judiciais entre as Partes, com destaque para as descritas na nota explicativa 22.1 das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) dos eventos de desequilíbrio da equação econômico-financeira dos Contratos de Concessão que não haviam sido solucionados quando do encerramento das concessões. Em contrapartida, as Concessionárias se obrigaram, conjuntamente, ao desembolso no valor de R$45.200.000 (Quarenta e cinco milhões e duzentos mil reais), na data-base julho/25, mediante a realização de obra definida pelo DER/PR e aceita pelas Partes. As Concessionárias efetuaram, ainda, em 23 de junho de 2026, o pagamento de R$500.000 (Quinhentos mil reais), na data-base julho/25, à AGEPAR, para encerramento de autos de infração administrativos.

O Acordo Global também contemplou o cumprimento integral das obrigações assumidas no Acordo de Leniência, celebrado em 12 de agosto de 2019, com a sua consequente quitação plena.

22.2 Ecovias Sul

Pavimento

Ação judicial proposta pela Concessionária em 22 de março de 2021 em que discute a ilegalidade dos atos praticados pela ANTT quanto aos critérios de apuração do cronograma de investimentos das obras de recuperação e manutenção do pavimento incorporadas ao Contrato pelo 6º Termo Aditivo. Em suma, a partir de 2020 a ANTT alterou os critérios para a aceitação das obras incluídas pelo Aditivo e, com base nesse novo entendimento, revisou avaliações de anos anteriores para apontar inexecuções de obras que já haviam sido aceitas, acarretando em elevados índices de inexecução. Como consequência disso, iniciou processos administrativos para a aplicação de multas à Concessionária estimadas em R$26.661, determinou o refazimento das obras que haviam sido aceitas entre 2016-2019 e apurou desconto tarifário correspondente a 3,17% a ser aplicado no processo de Revisão Ordinária da Tarifa de 2021. Nesse contexto, a Concessionária pleiteou, cautelarmente, que o Judiciário suspendesse as

decisões emitidas pela Agência que concluem i) pela aplicação de desconto na tarifa básica de pedágio; ii) pela aplicação de penalidades e; iii) pelo refazimento de obras, com base nessa alteração de entendimento. No mérito, a Concessionária requereu a declaração de que as obras executadas atenderam as regras contratuais estabelecidas no 6º Termo Aditivo ao Contrato.

Em 11 de junho de 2021, após ouvir a ANTT, o Judiciário reconheceu liminarmente os argumentos da Concessionária e determinou que a ANTT se abstenha, até a sentença, de a) exigir e/ou impor novas sanções à requerente e a aplicar redução tarifária com fundamento nos fatos levados ao juízo; e b) exigir o refazimento das obras realizadas a partir do 6° Termo Aditivo até que seja proferida sentença nos autos. Em 01 de outubro de 2021, o TRF01 negou provimento ao agravo de instrumento da ANTT e manteve a decisão liminar.

Em 01 de dezembro de 2023 foi proferida sentença que confirmou a inadequação dos atos praticados pela ANTT em violação ao Termo Aditivo celebrado entre as partes. A sentença referendou a medida cautelar concedida e determinou que a Agência "deixe de aplicar a nova orientação, mantendo-se a fiscalização apenas com base em parâmetros de desempenho, bem como deixe de aplicar a nova orientação de forma retroativa para os anos de 2016-2019". A ANTT apresentou recurso de apelação em 20 de fevereiro de 2024. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pela ANTT.

Reajuste tarifário

Em 26 de dezembro de 2023 foi publicada a Deliberação ANTT nº 443/2023, de 21 de dezembro de 2023, que aprovou a 19ª Revisão Ordinária e 16ª Revisão Extraordinária, bem como a 20ª Revisão Ordinária, referente aos reajustes anuais de 2023 e 2024, retomando-se a regularidade regulatória do Contrato de Concessão. Os referidos processos de Revisão Ordinária reequilibraram as perdas de receita decorrentes da suspensão e atrasos na aplicação dos reajustes tarifários anuais de 2021, 2022 e 2023 em suas respectivas datas-bases, acarretando no incremento da tarifa em 28,9% a partir de 1º de janeiro de 2024.

O atraso na implementação dos referidos reajustes gerou uma perda de receita, agora reequilibrada em favor da Concessionária, reconhecida contabilmente até a data de 30 de outubro de 2023. Os respectivos montantes reconhecidos foram de R$78.582, em 31 de dezembro de 2022, e R$51.436, no período encerrado em 30 de outubro de 2023.

No processo de reajuste tarifário de 2026, a ANTT reconheceu um valor de recomposição de R$80.611 decorrente da manutenção da tarifa de 2024 ao longo de 2025, que depois da compensação do VL/VP (fator multiplicador de tarifa pela diferença de veículo leve/veículo pesado), para o tráfego real (conforme determinação do TCU - Acórdão 2.275/2021), gerou crédito a ser recomposto de R$59.002 em favor da Concessionária. Esse montante deverá ser liquidado por meio de procedimento de haveres e deveres, depois da conclusão do Contrato.

Haveres e deveres

As 00hs de 04 de março de 2026, foi encerrado o Contrato de Concessão da controlada indireta Ecovias Sul. O encerramento se dá conforme as condições previstas contratualmente.

Com o encerramento do Contrato de Concessão, a ANTT deverá proceder com a consolidação do saldo contratual no âmbito do processo de haveres e deveres, conforme previsto na Resolução nº 6.063/2025 da ANTT.

Embasada nos pareceres elaborados por assessores jurídicos e notas técnicas já emitidas pela ANTT, em 31 de março de 2026, a controlada registrou o montante de R$38.600, como sendo sua melhor estimativa de encontro de contas para haveres e deveres de temas em discussão com o poder concedente, sendo o principal valor a reconstrução e alteamento de 3 pontes realizadas emergencialmente no ano de 2025. Adicionalmente reclassificou o montante de

R$59.002, destacado acima do reajuste tarifário não aplicado no exercício de 2025. Em 30 de setembro de 2026, o saldo estimado de haveres e deveres é de R$99.309.

22.3 Ecoporto

Em 30 de setembro de 2026, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, com exceção do fato de que está vigente o Contrato de Transição DIPRE-DINEG/02.2026, firmado a Autoridade Portuária de Santos S.A. ("APS") e o Ecoporto Santos S.A., em 28 de maio de 2026, garantindo a manutenção das operações portuárias e de armazenagem de carga realizadas pelo Ecoporto, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 31 de maio de 2026.

22.4 Ecovias Capixaba

Em 30 de setembro de 2026, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, com exceção do fato de que, em 29 de junho de 2026, foi interposto Agravo, pela Ecovias Capixaba, visando ao processamento do seu Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça, na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES.

23. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDADO

23.1 Causas prováveis

Consolidado	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2026	2.806	277.167	20.263	56.583	356.819
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.218	14.016	7.479	4.076	26.789
(-) Pagamentos/baixas	-	(21.153)	(6.740)	(436)	(28.329)
(+/-) Atualização monetária	885	24.046	1.479	3.366	29.776
Saldos em 30 de setembro de 2026	4.909	294.076	22.481	63.589	385.055

(a) Provisão complementar relacionada à discussão sobre diferenças na compensação ambiental da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes.

(b) A variação no período decorre, principalmente, de processos judiciais envolvendo pleitos indenizatórios por perdas e danos decorrentes de acidentes nas rodovias sob concessão, ações de cobrança relacionadas aos serviços de segregação e entrega de contêineres (THC-2/SSE) e autos de infração lavrados pelo Poder Concedente em razão da fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais.

23.2 Causas possíveis

	30/09/2026	31/12/2025
Ambientais	229	2.046
Cíveis (a)	1.283.791	1.324.024
Trabalhistas	120.520	84.965
Tributários (b)	600.116	358.249
	2.004.656	1.769.284

(a) A variação no período decorre, principalmente, do encerramento de autos de infração relacionados a processos administrativos instaurados pelo Poder Concedente, bem como da reavaliação de demandas indenizatórias decorrentes de acidentes nas rodovias sob concessão, com redução das contingências em

razão da confirmação de cobertura securitária, permanecendo contingenciadas apenas as franquias aplicáveis.

(b) A principal variação no período refere-se a processos relacionados a lançamentos de IPTU e a discussões fiscais envolvendo a exigência de IRRF, IRPJ e CSLL, além da aplicação de multas decorrentes de glosas de despesas com contratação de serviços, sob a alegação de que tais despesas não teriam sido devidamente comprovadas.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Capital social

A composição do capital social da Companhia está demonstrada a seguir:

	30/09/2026		31/12/2025	
Acionistas	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Igli do Brasil Participações Ltda.	321.627.460	46,189 %	321.627.460	46,189 %
IGLI S.p.A.	44.989.150	6,461 %	44.989.150	6,461 %
Outros (free-float)	329.004.616	47,248 %	329.004.616	47,248 %
Ações em tesouraria	712.998	0,102 %	712.998	0,102 %
Total ações ordinárias	696.334.224	100,000%	696.334.224	100,000%

24.2 Reserva de lucros e de capital

Para o período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia não apresentou movimentações de reservas de lucro e de capital de acionistas controladores.

24.3 Participação de acionistas não controladores

A movimentação do período das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas está demonstrado a seguir:

	30/09/2026	30/09/2025
Saldo no início do período	271.575	263.186
Aporte de capital (a)	36.749	11.200
Participação nos resultados do período	(20.185)	(13.390)
Constituição de orçamento de capital com dividendos 2024	-	2.222
Saldo no fim do período	288.139	263.218

a) Os aportes foram realizados pela Perseus Infra Participações S.A. (anteriormente denominada GLP X Participações S.A.) na controlada Holding do Araguaia, onde a Perseus possui 35% de participação.

25. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADO

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Receitas com arrecadação de pedágio	1.981.429	2.016.898	5.705.591	5.560.847
Receitas de construção (a)	1.691.127	1.020.573	3.558.331	2.677.120
Receitas portuárias	154.566	131.727	420.465	400.049
Receitas acessórias	36.382	35.624	104.313	98.077
Receitas logísticas	14.453	18.099	50.054	49.185
Receita bruta total	3.877.957	3.222.921	9.838.754	8.785.278
Deduções da receita	(212.152)	(208.616)	(615.258)	(584.003)
Deduções do reconhecimento da receita	(22.010)	(20.975)	(65.488)	(63.689)
Receita líquida	3.643.795	2.993.330	9.158.008	8.137.586
Deduções				
COFINS (b)	(82.179)	(80.195)	(239.569)	(226.298)
PIS (c)	(17.815)	(17.384)	(51.929)	(49.057)
ISS (d)	(110.665)	(110.387)	(320.174)	(306.715)
Dedução do reconhecimento da receita (e)	(22.010)	(20.975)	(65.488)	(63.689)
Abatimentos	(1.493)	(650)	(3.586)	(1.933)
	(234.162)	(229.591)	(680.746)	(647.692)

(a) Sobre a receitas de construção não há incidência de impostos.
(b) Alíquota para: concessionárias 3%; portos, serviços e logística 7,6%.
(c) Alíquota para: concessionárias 0,65%; portos, serviços e logística 1,65%.
(d) Alíquota média de 5,0%.
(e) Refere-se a contraprestação variável e abatimento por volume das despesas com vendas das controladas diretas Ecoporto e Termares, classificadas de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em		Nove meses findos em		Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Pessoal	9.616	8.353	29.783	24.502	179.028	179.926	527.774	498.399
Conservação e manutenção	161	(211)	201	63	77.618	67.342	204.468	205.188
Serviços de terceiros (a)	1.658	1.931	4.648	5.468	130.868	107.370	362.485	321.536
Seguros	408	509	1.187	1.375	11.168	11.017	33.343	30.785
Poder concedente (Nota 21)	-	-	-	-	43.387	39.056	126.640	113.085
Provisão para manutenção (Nota 19)	-	-	-	-	21.766	32.218	62.272	85.540
Custo de construção de obras	-	-	-	-	1.691.127	1.020.573	3.558.331	2.677.120
Depreciações e amortizações (Notas 12 e 13)	631	588	1.780	1.760	341.170	356.981	1.233.182	987.484
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	22	35	108	174	3.362	8.318	12.715	26.317
Outros custos e despesas operacionais	606	818	1.277	1.971	55.033	64.925	167.622	155.776
	13.102	12.023	38.984	35.313	2.554.527	1.887.726	6.288.832	5.101.230
Classificados como:								
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	2.450.215	1.793.593	6.000.044	4.833.193
Despesas gerais e administrativas	13.102	12.023	38.984	35.313	104.312	94.133	288.788	268.037
	13.102	12.023	38.984	35.313	2.554.527	1.887.726	6.288.832	5.101.230

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em		Nove meses findos em		Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Receitas financeiras:								
Receita de aplicações financeiras	243	269	11.091	745	174.901	122.138	507.574	366.141
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 10)	-	-	-	-	2.606	2.236	6.822	6.877
Atualização monetária venda Elog	-	-	-	26	-	-	-	26
Atualização monetária ativo sujeito à indenização	-	-	-	-	1.629	2.647	11.693	8.520
Outras	58	34	185	240	9.092	7.505	25.442	18.309
	301	303	11.276	1.011	188.228	134.526	551.531	399.873
Despesas financeiras:								
Juros sobre debêntures (Nota 16)	(48.798)	(12.440)	(142.581)	(41.019)	(589.196)	(527.602)	(1.669.318)	(1.447.998)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	-	-	(72.605)	(59.647)	(220.958)	(171.196)
Variação monetária sobre debêntures (Nota 16)	-	-	-	-	(22.744)	(79.687)	(607.546)	(446.890)
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 16)	(437)	(101)	(1.311)	(405)	(19.223)	(24.134)	(52.355)	(60.555)
Variação monetária sobre direito de outorga (Nota 21)	-	-	-	-	(24.043)	(32.756)	(110.280)	(115.435)
Variação monetária e AVP - Acordo Não Persecução Cível	-	-	-	-	(1.030)	(1.793)	(7.736)	(9.047)
Ajuste a valor presente – provisão de manutenção e provisão de obras futuras (Notas 19 e 20)	-	-	-	-	(5.293)	(9.653)	(18.123)	(27.412)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	-	-	(13.514)	(18.157)	(96.875)	(81.627)
Juros capitalizados	-	-	-	-	90.422	57.497	301.008	228.557
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(11)	(15)	(522)	(46)	(8.874)	(8.918)	(25.484)	(24.232)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 23)	(313)	-	(906)	31	(9.603)	(10.572)	(29.776)	(26.874)
Atualização monetária outras contas a pagar	-	-	-	-	43	(38.091)	(1.184)	(40.816)
Juros sobre arrendamentos – CPC 06 (R2) (Nota 17)	(89)	(131)	(278)	(427)	(9.117)	(8.173)	(26.102)	(22.705)
Outras	(733)	(143)	(919)	(207)	(20.228)	(12.056)	(71.339)	(30.665)
	(50.381)	(12.830)	(146.517)	(42.073)	(705.005)	(773.742)	(2.636.068)	(2.276.895)
Resultado financeiro, líquido	(50.080)	(12.527)	(135.241)	(41.062)	(516.777)	(639.216)	(2.084.537)	(1.877.022)

28. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO

	30/09/2026	30/09/2025
Lucro básico e diluído – resultado de operações continuadas e descontinuadas	0,60	1,12
Lucro básico e diluído – resultado de operações continuadas	0,60	1,12

28.1 Lucro por ação

	30/09/2026	30/09/2025
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	418.250	780.624
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	418.902	781.161
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	696.334	696.334
Média ponderada das ações em tesouraria	(713)	(713)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	695.621	695.621
Lucro básico por ação de operações continuadas e descontinuadas - R$	0,60	1,12
Lucro básico por ação de operações continuadas - R$	0,60	1,12

28.2 Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do lucro básico apresentado acima.

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Dívida (a)	1.330.500	1.269.879	32.506.035	27.959.322
Disponibilidade (b)	(3.290)	(41.393)	(3.374.857)	(1.629.090)
Dívida líquida	1.327.210	1.228.486	29.131.178	26.330.232
Patrimônio líquido (c)	4.521.071	4.102.821	4.809.210	4.374.396
Índice de endividamento líquido	0,29	0,30	6,06	6,02

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente (Ônus fixo) da controlada Ecovias Norte Minas, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 15, 16, 17 e 21.

(b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras – conta reserva e conta reserva poder concedente, de curto e longo prazo, conforme detalhado nas Notas 5 e 7.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de setembro de 2026 são como segue:

Classificação – Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	2.982.688	2.982.688
Clientes (b)	601.599	601.599
Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva (a)	3.374.230	3.374.230
Passivos:		
Fornecedores (b)	452.903	452.903
Fornecedores FIDC (b)	18.310	18.310
Risco Sacado (b)	428	428
Empréstimos e financiamentos (c)	4.252.228	3.969.095
Debêntures (c)	26.565.654	27.742.809
Passivos de Arrendamentos (e)	353.970	412.465
Obrigações com poder concedente (d)	1.334.183	2.639.865

Classificação – Valor justo através do resultado	Saldo contábil	Valor justo
Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock (f)	23.569	23.569

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores", "Fornecedores FIDC" e "Risco Sacado" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias.

(c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.

(d) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com poder concedente", da controlada Ecovias Norte Minas.

(e) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento.

(f) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia e de suas controladas (*Phantom Stock Options* e *Phantom Restricted Stock*), baseado no valor das ações da Companhia (ECOR3), registrados na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas"

Gestão de riscos

a) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia apresentavam valores a receber das empresas relacionadas abaixo, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica "Clientes". O fluxo de recebimento dos referidos valores ocorre entre 30 e 60 dias.

	30/09/2026	31/12/2025
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A.	336.157	320.914
Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	80.728	79.510
Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A.	53.633	49.991
Move Mais Meios de Pagamento Ltda.	26.368	22.734
Cia Brasileira de Soluções e Serviços S.A. (Veloe)	29.242	31.725
	526.128	504.874

b) Risco de liquidez

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	3.299.809	3.054.203	6.750.415	45.270.600
Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES	299.274	304.363	304.678	5.106.972
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	54.264	53.485	52.666	427.059
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	13.191	13.191	13.191	122.016
Banco da Amazônia - BASA	35.024	34.538	33.395	404.076
Obrigações com poder concedente	121.906	127.055	132.421	3.829.329
Finame	2.441	-	-	-
Banco do Nordeste - BNB	45.443	43.541	42.236	509.988
Passivo de arrendamento	169.475	97.105	63.983	81.902
	4.040.827	3.727.481	7.392.985	55.751.942

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$93.517 (ativo circulante de R$15.378 e passivo circulante de R$108.895), principalmente decorrente de debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento de prazos para pagamento.

Análise de sensibilidade

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	588.742	735.927	883.113
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(1.575.531)	(1.776.596)	(1.975.014)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(2.333.520)	(2.374.851)	(2.416.460)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do IPCA	(221.527)	(267.332)	(313.223)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(51.365)	(52.118)	(44.098)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta da TJLP	(70.511)	(88.139)	(105.767)
Juros a incorrer, líquidos		(3.663.712)	(3.823.109)	(3.971.449)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	13,40%	16,75%	20,10%
IPCA (b)	5,05%	6,31%	7,57%
TJLP (c)	9,03%	11,29%	13,55%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados – setembro de 2026.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Em 30 de setembro de 2026, não houve alterações significativas em relação à estrutura de segmento de negócios da Companhia em relação àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	30/09/2026	30/09/2025
Concessões rodoviárias	91,73%	91,69%
"Holding" e serviços	4,74%	4,52%
Portos	3,08%	3,30%
Logística	0,45%	0,49%

As tabelas a seguir apresentam informações financeiras consolidadas, relacionadas aos segmentos para 30 de setembro de 2026 e de 2025.

						30/09/2026
Balanço Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	40.496.874	697.177	76.313	22.424.324	(21.393.773)	42.300.915
Ativo circulante	5.822.652	176.017	29.285	1.650.795	(378.129)	7.300.620
Ativo não circulante	34.674.222	521.160	47.028	20.773.529	(21.015.644)	35.000.295
Passivo	40.496.874	697.177	76.313	22.424.324	(21.393.773)	42.300.915
Passivo circulante	3.117.910	241.376	10.476	552.106	(378.265)	3.543.603
Passivo não circulante	25.363.461	242.018	37.989	9.616.359	(1.311.725)	33.948.102
Patrimônio líquido	12.015.503	213.783	27.848	12.255.859	(19.703.783)	4.809.210

						30/09/2026
Resultado	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	8.864.831	297.680	43.019	458.451	(505.973)	9.158.008
Custo dos serviços prestados	(5.741.640)	(209.457)	(21.497)	(280.792)	253.342	(6.000.044)
Lucro bruto	3.123.191	88.223	21.522	177.659	(252.631)	3.157.964
Despesas gerais e administrativas	(347.147)	(44.694)	(5.511)	(93.979)	202.544	(288.788)
Amortização de investimentos	-	-	-	(17.617)	17.617	-
Outras receitas/despesas	26.681	667	73	1.797	(251)	28.967
Equivalência patrimonial	-	-	-	1.674.806	(1.680.608)	(5.802)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	2.802.725	44.196	16.084	1.742.666	(1.713.329)	2.892.341
Resultado financeiro	(1.284.839)	6.074	119	(806.025)	134	(2.084.537)
Lucro operacional antes dos impostos	1.517.886	50.270	16.203	936.641	(1.713.196)	807.804
Imposto de renda e contribuição social	(389.024)	(16.832)	(2.712)	(519)	-	(409.087)
Lucro (prejuízo) líquido do período das operações continuadas	1.128.862	33.438	13.491	936.122	(1.713.196)	398.717
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	(652)	0	(652)
Lucro/(prejuízo) líquido do período	1.128.862	33.438	13.491	935.470	(1.713.196)	398.065

Balanço Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	31/12/2025 Consolidado
Ativo	34.593.315	666.403	64.268	20.966.705	(19.190.213)	37.100.478
Ativo circulante	3.734.907	179.040	19.090	2.134.408	(239.392)	5.828.053
Ativo não circulante	30.858.408	487.363	45.178	18.832.297	(18.950.821)	31.272.425
Passivo	34.593.315	666.403	64.268	20.966.705	(19.190.213)	37.100.478
Passivo circulante	3.162.112	154.818	8.716	756.554	(239.943)	3.842.257
Passivo não circulante	20.817.649	220.890	33.195	8.988.089	(1.175.998)	28.883.825
Patrimônio líquido	10.613.554	290.695	22.357	11.222.062	(17.774.272)	4.374.396

Resultado	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	30/09/2025 Consolidado
Receita líquida	7.853.682	282.427	42.252	386.895	(427.670)	8.137.586
Custo dos serviços prestados	(4.613.363)	(182.638)	(19.031)	(235.237)	217.077	(4.833.193)
Lucro bruto	3.240.319	99.789	23.221	151.658	(210.593)	3.304.393
Despesas gerais e administrativas	(302.378)	(41.174)	(5.549)	(86.734)	167.798	(268.037)
Amortização de investimentos	-	-	-	(16.058)	16.058	-
Outras receitas/despesas	204.304	780	2	2.794	(745)	207.135
Equivalência patrimonial	-	-	-	2.208.060	(2.208.060)	-
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	3.142.245	59.395	17.674	2.259.720	(2.235.543)	3.243.491
Resultado financeiro	(1.194.287)	16.578	420	(700.146)	413	(1.877.022)
Lucro operacional antes dos impostos	1.947.958	75.973	18.095	1.559.574	(2.235.131)	1.366.469
Imposto de renda e contribuição social	(574.873)	(20.469)	(3.445)	89	-	(598.698)
Lucro líquido do período das operações continuadas	1.373.085	55.504	14.650	1.559.663	(2.235.131)	767.771
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	(537)	-	(537)
Lucro líquido do período	1.373.085	55.504	14.650	1.559.126	(2.235.131)	767.234

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

31.1 Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5.

31.2 Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

31.3 Transações que não envolvem caixa - consolidado

No período findo em 30 de setembro de 2026 e de 2025, as controladas da Companhia realizaram as atividades abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	30/09/2026	30/09/2025
Direito de uso – CPC 06 (R2) – Adição	227.787	99.003
Direito de uso – CPC 06 (R2) – Baixa	(16.245)	(3.229)
Conta Reserva – poder concedente	318.636	199.769
Provisão para construção de obras futuras	(8.087)	38.962
Baixa parcelas conforme 3º e 4ª aditivo contratual Ecovias Norte Minas	(41.067)	-

32. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A.

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, e prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia reconheceu em seu resultado R$652, referentes à cláusula de indenização.

33. FORNECEDORES RISCO SACADO

O Grupo EcoRodovias mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura "Fornecedores - Risco Sacado" logo abaixo da rubrica "Fornecedores". Em 30 de setembro de 2026, o valor consolidado é de R$428 (R$0 em 31 de dezembro de 2025).

Os pagamentos totais efetuados pelas instituições financeiras aos fornecedores que participam do acordo de financiamento de fornecedor – risco sacado, em 2026, foram de R$5.246 (em 2025, R$ 4.579).

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 Reequilíbrio econômico financeiro - Ecovias Araguaia

Em 8 de outubro de 2026, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou medida mitigadora para recomposição parcial do equilíbrio econômico-financeiro da concessão da controlada indireta Ecovias Araguaia, decorrente dos impactos da pandemia da Covid-19 e do aumento extraordinário dos custos dos insumos de obras rodoviárias associado aos reflexos do conflito entre Rússia e Ucrânia.

Conforme deliberação da ANTT, foi reconhecido o montante de R$171.354 referente ao desequilíbrio apurado na data-base de outubro de 2026. Como medida cautelar, foi aprovada a recomposição de 61,20% desse valor, equivalente a R$104.869, a ser paga por meio de recursos vinculados, cujo pagamento ocorreu em 21 de outubro de 2026. O montante remanescente, correspondente a 38,80% do valor apurado, deverá ser objeto de pagamento em até dois anos, cujo prazo se encerra em agosto de 2028.

A Administração está avaliando os impactos dessa deliberação nas demonstrações financeiras da Companhia.

34.2 Aporte de capital - Holding do Araguaia

Em 14 de outubro de 2026, foi deliberado e integralizado o aumento do capital social da controlada indireta Holding do Araguaia, no valor de R$82.000, sendo R$53.500 integralizados pela controlada direta Ecorodovias Concessões e serviços, no limite de sua participação de 65% na controlada, mediante a emissão, nesta data, de 82.000.000 (oitenta e dois milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação.

34.3 Aprovação pagamento dividendos - ECS

Em 14 de outubro de 2026, o Conselho de Administração da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. aprovou a distribuição de dividendos intermediários à Companhia, no montante de R$95.000 (noventa e cinco milhões de reais), com base no balancete levantado em 31 de agosto de 2026. Os dividendos serão pagos conforme cronograma de liberações a ser definido pela controlada.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado - DVAs, individual e consolidada, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 11 de novembro de 2025, sem modificação. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 17 de março de 2026, sem modificação.

São Paulo, 9 de novembro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC nº 1 SP 218398/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, bem como do relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:
Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., e
Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026.

São Paulo - SP, 09 de novembro de 2026.

Marcello Guidotti
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rodrigo Jose de Pontes Seabra Monteiro Salles
Diretor Vice-Presidente Corporativo

Roberto Borges Paiva
Diretor Vice-Presidente Técnico

Andréa Paula Fernandes
Diretora de Finanças Corporativas

Fabio Trugillo
Diretor de Planejamento e Controles

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, bem como do relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:
Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., e
Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026.

São Paulo - SP, 09 de novembro de 2026.

Marcello Guidotti
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rodrigo Jose de Pontes Seabra Monteiro Salles
Diretor Vice-Presidente Corporativo

Roberto Borges Paiva
Diretor Vice-Presidente Técnico

Andréa Paula Fernandes
Diretora de Finanças Corporativas

Fabio Trugillo
Diretor de Planejamento e Controles